

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MANOELA SILVEIRA

**DESENVOLVIMENTO E A “CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA”: UMA
ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR**

Florianópolis

2018

MANOELA SILVEIRA

**DESENVOLVIMENTO E A “CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA”: UMA
ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Michele Romanello.

Florianópolis

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,5 a aluna MANOELA SILVEIRA na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof., Dr. Michele Romanello.

Orientador

Prof.^a, Dra. Carmen Rosário O. G. Gelinski.

Me. Ruy Tadeu Mambrini Ribas.

Dedicado aos meus pais.

In memoriam aos meus avós.

AGRADECIMENTOS

Os meus mais sinceros agradecimentos aos meus pais, Ary e Mariza, por estarem presentes em todos os momentos, sendo minha base, minha força e meus exemplos. A todo o tempo me guiando, por não me permitir desistir e, sempre com um apoio incondicional. Por entender os meus finais de semana ausente e, a todo o momento me esperando de braços abertos e um sorriso no rosto.

Ao meu namorado, Rafael, por ter ficado ao meu lado em tantos finais de semana, pela sua compreensão e apoio durante toda a graduação. Obrigada por não ter deixado faltar café e chocolate, por ficar jogando do meu lado só para não me deixar sozinha, por ter sido meu porto seguro no meio da tempestade.

Aos meus familiares pelas palavras de apoio e incentivo.

Ao meu orientador, Professor Dr. Michele Romanello, por ter me guiado e auxiliado neste momento, parte fundamental neste processo.

Aos meus amigos Vinícius Grudtner e Rafael Miranda, pelas idas ao bar, pelas muitas conversas, compartilhando em diversos momentos os mesmos sentimentos da vida acadêmica. Com vocês tudo foi mais divertido.

Aos servidores da PRAE, com quem convivi durante dois anos, que foram grandes exemplos e, ainda maiores incentivadores para que eu chegasse a esse momento. Ao Ruy, que conheci no ambiente profissional com quem tive inúmeras conversas sobre a vida acadêmica e que passou a ser uma grande influência e referência neste aspecto. Muito obrigada pelo apoio de todos vocês.

A todos que de algum modo foram parte desta caminhada, os meus agradecimentos.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo compreender as formas de uso da contribuição de melhoria - um tributo que incide sobre a valorização imobiliária proveniente de obra pública - sobre o desenvolvimento. Nem toda obra pública beneficia toda a comunidade, algumas como pavimentação de ruas ou revitalização de áreas traz benefícios para um pequeno grupo, porém os recursos foram arrecadados por toda a comunidade. Desta forma, o uso adequado deste instrumento tributário pode fazer retornar aos cofres públicos, recursos que podem ser direcionados a outros setores de modo que estimule o desenvolvimento econômico das regiões. Assim sendo, cabe aos gestores públicos possuir o conhecimento necessário, no meio de diversos instrumentos, para coordenar os recursos de modo a alcançar maiores níveis de bem-estar da sociedade. Dentro desta orientação, irá se observar algumas teorias de desenvolvimento, e seus pontos relevantes sobre o tema, apresentando a evolução e o tratamento diferente que cada autor considerou relevante para a matéria em questão. Tratando da abordagem das capacitações de Amartya Sen, que trouxe ao debate questionamentos que vieram a romper com as teorias tradicionais sobre desenvolvimento, que tratavam basicamente de indicadores monetários. O projeto expõe delimitações sobre a contribuição de melhoria e o seu potencial enquanto instrumento aliado ao processo de desenvolvimento.

Palavras-chaves: Contribuição de Melhoria. Desenvolvimento Econômico. Teoria das Capacitações. Direito Tributário.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the ways in which the special assessment - a tribute that focuses on real estate valuation from public works - on development is used. Not all public works benefit the entire community, some such as paving streets or revitalizing areas brings benefits to a small group, but the resources were collected by the entire community. In this way, the proper use of this tax instrument can return to the public coffers, resources that can be directed to other sectors in a way that stimulates the economic development of the regions. Thus, it is the responsibility of public managers to have the necessary knowledge, in the midst of various instruments, to coordinate resources in order to reach higher levels of social well-being. Within this orientation, we will observe some theories of development, and their relevant points on the subject, presenting the evolution and the different treatment that each author considered relevant for the matter in question. Addressing the capability approach of Amartya Sen, which brought to the debate questions that came to break with the traditional theories on development, which dealt primarily with monetary indicators. The project exposes delimitations about the contribution of improvement and its potential as an instrument allied to the development process.

Keywords: Special Assessment. Economic development. Capability Approach. Tax law

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Arrecadação a nível Estadual no período entre 2001 e 2013 referente a Contribuição de Melhoria.	42
QUADRO 2 - Arrecadação a nível Municipal no ano de 2015 referente a Contribuição de Melhoria.....	52

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1: Arrecadação a nível municipal no ano de 2015 referente a Contribuição de Melhoria.....	43
----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

CTN – Código Tributário Nacional

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DESENVOLVIMENTO.....	13
2.1 TEORIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
2.1.1 O desenvolvimento para Walt Whitman Rostow	15
2.1.2 O desenvolvimento para Joseph Schumpeter	17
2.1.3 O desenvolvimento para Celso Furtado	20
2.1.4 O desenvolvimento para Albert Hirschman	23
2.1.5 O desenvolvimento para Amartya Sen.....	26
2.2 INDICADORES SOCIAIS	29
2.3 DESENVOLVIMENTO E TRIBUTAÇÃO	31
3 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA COMO INSTRUMENTO AO DESENVOLVIMENTO.....	34
3.1 ALGUNS CONCEITOS E DEFINIÇÕES DENTRO DO DIREITO	34
3.1.1 Direito Tributário.....	35
3.1.2 Tributos	36
3.2 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	38
3.2.1 Evolução histórica observadas em outros países.....	38
3.2.2 Surgimento, evolução histórica no Brasil e utilização	39
3.2.3 Motivos que restringem o uso efetivo da contribuição de melhoria no Brasil..	44
4 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	52

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apontar falhas da nossa realidade que prejudicam o melhoramento da sociedade como um todo. Nesta concepção, o papel do Estado no desenvolvimento das cidades e estados, é de suma importância, mas, para isso, a máquina estatal depende da arrecadação tributária por meio dos indivíduos que compõe a sociedade.

Neste sentido, vamos apresentar o tributo de Contribuição de Melhoria como um instrumento aliado ao desenvolvimento das cidades. Este tributo é considerado uma tributação especial pois, só é obrigado a pagar, o proprietário que recebeu um benefício (valorização imobiliária) decorrente de obra pública. (AIRES BARRETO, [s.d.], apud ATALIBA, 2004, p. 170). O papel deste tributo é fazer retornar aos cofres públicos recursos que podem ser destinados a obras que beneficiem parcelas maiores da sociedade.

Entender o que são e o papel que os tributos desempenham é de suma importância, é necessário conhecer para que são destinados e, dentro desta perspectiva compreender como se configura a fonte de receitas de um orçamento público de um ente federativo. Perceber a função dos tributos pode auxiliar os gestores públicos a administrar melhor os recursos públicos, aplicando de forma mais igualitária, promovendo justiça social com as classes mais infortunadas que consiste em nossa sociedade

Neste sentido entendemos que a formulação de políticas econômicas, que visam o melhoramento da estrutura da sociedade em termos de desenvolvimento social, não ocorre de forma unilateral, é preciso o uso de outras áreas do conhecimento, como a do direito para se formalizar e dar continuidade a tomada de decisões, delimitando o abuso de poder de gestores públicos, defendendo o interesse dos indivíduos e da coletividade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

No estudo busca-se conhecer o campo de investigação por meio de pesquisa bibliográfica com o objetivo de investigar o uso da Contribuição de Melhoria no Brasil. Quanto aos meios técnicos de pesquisa, o uso do método monográfico apresenta-se apropriado uma vez que seu processo leva em consideração examinar os diferentes ângulos que cercam uma mesma questão. Com o objetivo de identificar algumas, das muitas transformações, que as teorias sobre desenvolvimento passaram ao longo da história.

O trabalho inicia seu debate apresentando algumas teorias ligadas ao desenvolvimento, e o que se pretende é apresentar um pensador e suas principais contribuições de forma a contextualizar as transformações sobre a forma de pensar, ver e atuar nos países de modo a superar suas insuficiências na busca pelo desenvolvimento.

As transformações históricas, culturais, sociais e políticas, acabam por influenciar no modo como observamos o que se compreende por desenvolvimento. Neste sentido a Teoria da Capacidades de Amartya Sen aborda estes pontos, mostrando a importância das interrelações entre os indivíduos e as instituições e, o papel do Estado em disponibilizar os meios para que as pessoas possam alcançar seus fins.

Em seguida, serão apresentados de forma breve, indicadores sociais, bem como sua importância como um mecanismo indispensável ao processo de desenvolvimento de uma nação já que revelam aspectos fundamentais sobre a realidade da sociedade. Podendo deste modo servir como base de orientação ao Estado para que possa atuar com maior precisão frente aos obstáculos do desenvolvimento.

Logo após, vamos tratar do papel dos tributos como ferramenta no processo de desenvolvimento trazendo para o debate a contribuição de melhoria, revelando sua origem histórica, tratando de alguns conceitos jurídicos necessários à compreensão, revelando seu potencial como uma fonte de recursos aliada a políticas sociais que beneficiem a todos.

2 DESENVOLVIMENTO

Neste primeiro momento busca-se encontrar o que caracteriza o desenvolvimento de uma nação. Segundo Bresser-Pereira (2006), é um processo que se sustenta ao longo do tempo por meio do aumento de produtividade e de incremento do progresso técnico. Mas ressalta que estes dois elementos podem ter níveis de intensidade diferentes em cada país, pois depende da capacidade do Estado em promover um ambiente adequado para alcançar uma estratégia nacional.

Bresser-Pereira (2006) continua dissertando sobre a dupla natureza do Estado, sendo uma instituição organizacional – atuando na legislação e na tributação, e uma instituição normativa – de caráter jurídico. Deste modo as instituições devem garantir, nesta sequência, a estabilidade política, o funcionamento adequado do mercado, e garantir estímulo dos empresários para investir e inovar.

Essa presença do Estado não possui um tamanho exato que funcione igual para todos os países em desenvolvimento, a grandeza e a força do estado são relativas. Para Bresser-Pereira (2006) o tamanho do Estado está relacionado a proporção entre carga tributária em relação ao PIB:

O Brasil é um país que tem um estado grande em termos de carga tributária, especialmente se consideramos seu nível de renda per capita, mas cuja força é apenas média. Para que um estado democrático seja realmente forte é necessário que sua ordem jurídica e seu governo tenham legitimidade, ou seja, apoio na sociedade civil. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.7)

Sendo assim, o ponto de equilíbrio do desenvolvimento é constantemente alterado a medida que determinada sociedade vai progredindo ao longo do tempo. É preciso notar as transformações em diferentes níveis – cultural, estrutural e institucional. Bresser-Pereira (2006) conclui que o desenvolvimento econômico promove a melhoria de vida dos indivíduos de uma sociedade, mas, por si só, não resolve todos os problemas de uma sociedade moderna.

Outros autores analisam o papel da infraestrutura para o desenvolvimento e seu financiamento. BARROS, A. R. (2013) expõe que é da própria natureza do mercado que haja desníveis na distribuição da renda dentro de uma sociedade, assim essas diferenças acabam por se apresentar de forma territorial, podendo ser observada nos bairros de uma cidade. Como descreve FRISCHAK, C. (2013) os gastos com infraestrutura vêm caindo nas últimas décadas com uma leve alteração nos últimos anos. Por consequência há uma piora nos serviços impactando os níveis de investimento das empresas e para os consumidores.

STRAUB, 2008, apud FRISCHAK, C. 2013, apresentou um estudo do impacto positivo da infraestrutura para o desenvolvimento, porém os trabalhos analisados revelam que os gastos nesta área são insuficientes por questões de ineficiência, mal planejamento e corrupção. Além destas questões, deve-se que observar no orçamento público, os outros setores que competem entre si pelas parcelas de gastos destinados a cada um.

Este nível baixo de investimento em infraestrutura afeta o desenvolvimento do país porque distância o Estado do seu verdadeiro potencial de crescimento e restringe o acesso dos mais necessitados a serviços essenciais como saneamento, energia e transportes.

2.1 TEORIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Serão apresentadas algumas definições teóricas referentes ao desenvolvimento econômico. Não sendo analisado de forma minuciosa as interpretações aqui explicitadas, o que se pretende é contextualizar a discussão, expondo o que cada autor considerou como importante para o desenvolvimento de uma nação e, assim, apontando para as transformações ocorridas ao longo do tempo dado os contextos históricos em que estas surgem.

As teorias de Walt Whitman Rostow e Joseph Schumpeter possuem um caráter de ordem de produção e crescimento econômico, observaram e viveram o período entre e o pós-guerra e seus pensamentos tinham como base os países centrais. O pensamento de Celso Furtado vem romper com esses modelos, o que se notou foi que tais teorias se aplicavam para países centrais com uma estrutura produtiva mais desenvolvida e que, ao aplicar as mesmas regras nos países periféricos os resultados seriam outros. Sendo assim começa a emergir uma análise teórica voltada as economias subdesenvolvidas que trata das limitações políticas, institucionais e estruturais que estas possuem.

Albert Hirschman passa a questionar o papel das decisões políticas que acarretavam como consequência uma crescente desigualdade e que contextos sociais diferentes exigem trajetórias de desenvolvimento compatíveis com a realidade de cada um. O pensamento de Hirschman traz para o debate a questão da equidade social atribuindo ao Estado a função de coordenar o desenvolvimento, tentando demonstrar como são as economias periféricas ao invés de mostrar como deveriam ser.

Por fim, será apresentado a abordagem de Amartya Sen, que traz o papel do indivíduo, não possuindo um tratamento estritamente econômico, inserindo ao debate as Teoria das

Capacidades, ou seja, da disponibilidade dos meios para que o próprio indivíduo possa superar os obstáculos e alcançar seus fins. Assim, parte da ideia de que é necessário oferecer as mesmas oportunidades a todas as pessoas respeitando a diversidade humana e a liberdade em geral.

2.1.1 O desenvolvimento para Walt Whitman Rostow

Rostow nasceu no ano de 1916, na Prússia, e foi influenciado pelo período histórico em que viveu. Passou pela Revolução Industrial, Segunda Grande Guerra e observou a reconstrução dos países no pós-guerra. Diante deste contexto, sua visão de desenvolvimento é relacionada ao crescimento econômico por meio do processo de industrialização, tendo um sentido de modernização. Suas ideias são semelhantes à de outros pensadores clássicos da época, como Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal, tendo como influência a política capitalista de países centrais (CONCEIÇÃO et al. 2016).

Diante do exposto, Rostow tinha como base ao desenvolvimento a intervenção na economia voltada ao setor industrial. Segundo Conceição (et al. 2106), acelerando o crescimento econômico, isto provocaria um aumento da renda das famílias, diminuindo a pobreza através destas medidas de industrialização. Os autores expõem que:

Trata-se de fases que um país deveria atravessar para atingir o desenvolvimento, o que permitiria classificar as sociedades de acordo com seus estágios econômicos específicos. A passagem de um estágio para outro envolveria alterações nos padrões de produção, a partir do manejo de três fatores principais: poupança, investimento e consumo (demanda) (CONCEIÇÃO et al. 2016, p. 12 e 13).

Em seu livro *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* (As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista), Rostow apresenta cinco etapas necessárias ao desenvolvimento, sendo elas:

- I. Sociedade Tradicional (*traditional society*): caracterização de uma sociedade tradicional, com limitação de recursos, apresentando produção primitiva e tradicional, sendo restrita a subsistência, com base na agricultura e baixo nível de capital envolvido no processo. A alteração das condições impostas, na visão rostowiana, estaria vinculada a princípios internos, que caso não conseguissem, por força própria, alterar sua dinâmica, estas transformações ocorreriam por meio de intervenção externa, por exemplo: processos de colonização (CONCEIÇÃO et al. 2016, p.13).
- II. Precondições para alteração de estágio (*transitional stage*): nessa fase a alteração ocorre por meio de processos que procuram romper fatores, por meio de especialização do

trabalho e de mudanças tecnológicas. Sendo na visão de Rostow a mais importante das cinco etapas, pois é nesse momento que serão definidas as configurações que vão servir de base para as três últimas etapas (CONCEIÇÃO et al. 2016, p.13 e 14).

- III. A mudança (*take-off*): Após a superação das limitações, que ocorrem na etapa dois - ou seja, transformações tecnológicas, políticas, institucionais, morais, entre outras, - haverá uma migração da mão de obra do meio rural, para ser predominantemente pertencente ao meio industrial, surgindo as bases para uma sociedade moderna (SARMENTO, 2012 apud CONCEIÇÃO et al. 2016, p. 14).
- IV. O caminho para a maturidade (*drive to maturity*): a quarta etapa é marcada por níveis maiores de tecnologia empregada na produção e a diversificação dos itens. Havendo uma redução ainda mais significativa dos trabalhadores do campo e, uma especialização maior da mão de obra disponível no meio urbano. Nascendo uma consciência de inovação técnica, surgimento de novas áreas produtivas e inserção de produtos no mercado internacional (SANTOS SILVA, 2004 apud CONCEIÇÃO et al. 2016, p. 14).
- V. Alto consumo em massa (*high mass consumption*): esta última fase traduz o resultado das anteriores, uma sociedade industrial massificada, estimulando a dinâmica econômica por meio de consumo intenso dado o aumento da renda *per capita*. Buscando-se uma melhora na distribuição de renda (SANTOS SILVA, 2004 apud CONCEIÇÃO et al. 2016).

Assim segundo Santos Silva (2004), o desenvolvimento deve ser visto como prioridade pelos países centrais, a “(...), teoria rostowiana aponta que, ao se impulsionar o desenvolvimento para os demais países, as economias consideradas desenvolvidas, além de expandir ideais capitalistas, poderiam auxiliar as demais com empréstimos e auxílio técnico” (apud CONCEIÇÃO et al. 2016).

Algumas críticas ao modelo de Rostow dizem respeito a forma ideológica com que se apresenta, se distanciando de uma visão científica. As características apresentadas em seu modelo são referentes a condições de processos ocorrido em países desenvolvidos e o autor sugere que países periféricos seguindo os mesmos passos chegariam ao mesmo nível de desenvolvimento.

Por conter este caráter ideológico do progresso, muitos países subdesenvolvidos, ao seguir seu modelo, tiveram resultados danosos como: endividamento externo, aumento das diferenças sociais e forte intervenção estatal buscando impulsionar o desenvolvimento estabelecendo regimes ditatoriais, como ocorreu na América Latina (CONCEIÇÃO et al. 2016).

2.1.2 O desenvolvimento para Joseph Schumpeter

Antes de expor os argumentos de Schumpeter, é necessário fazer algumas ressalvas quanto ao seu pensamento. Para Souza (2012) apud Caruso et al (2016), o elemento principal do desenvolvimento econômico é referente ao processo de inovação e seu impacto na organização dos processos produtivos. Sendo que os investimentos em inovação, por consequência, vão provocar efeitos sobre a produção, emprego, renda e salários.

Importante destacar a distinção que Schumpeter faz entre desenvolvimento e crescimento, sendo que as inovações seriam propulsoras do desenvolvimento:

Embora o autor defina crescimento como o resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que ocorrem em determinado sistema econômico, ele vê no desenvolvimento um processo de outra natureza, a saber, uma mudança qualitativa mais ou menos radical na forma de organização desse sistema, gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com o seu movimento regular e ordenado (CARUSO et al. 2016, p.19).

O modelo schumpeteriano parte da ideia de uma economia estacionária, ou seja, sem desenvolvimento, mas com crescimento. Um sistema de equilíbrio geral, tal como proposto por Walras, as condições de crescimento equilibrados são ditadas pelo ritmo de crescimento demográfico ou por conjunturas políticas, havendo equilíbrio entre oferta e demanda, poupança e investimento. Assim, o crescimento ocorre conforme o ritmo definido sem criar alterações significativas nos níveis de distribuição. O lucro volta para o processo, mas não como forma de investimento, não ocorrendo assim mudanças que modifique o ponto de equilíbrio geral (SOUZA, 2012 apud CARUSO et al. 2016).

Apresentando um sistema de atividades circular, basicamente um modelo de reprodução, onde pode-se observar os resultados por meio de análise estática, sendo esse modelo sem desenvolvimento. Para que haja mudança é preciso que ocorra uma perturbação que modifique o estado de equilíbrio, na visão de Schumpeter, o agente schumpeteriano tem essa característica de inovador, assim sua função é de causar distúrbio rompendo com o equilíbrio em que o sistema se encontra (processo de destruição criativa). Para Schumpeter (1982, p. 74):

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados

mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (apud CARUSO 2016, p 20).

Entende-se aqui o papel da inovação como instrumento necessário às transformações, cada instabilidade provocada, leva o sistema a um novo ponto de equilíbrio, mas diferente em questões qualitativas. Nessa visão, a demanda é observada apenas através da criação de novos mercados, que são impulsionados por meio da publicidade. Neste desequilíbrio, outros efeitos são observados; aumento dos preços dos fatores de produção provocando aumento do crédito e; processo inflacionário, forçando as empresas a inovar para permanecer no mercado. As empresas mais eficientes passam a ditar o novo ritmo alcançado e as atrasadas ou se adequam à nova realidade ou desaparecem. Começa deste modo um processo de “destruição criativa”. Por um período, aparece uma característica de mercado oligopolista, que auferir lucros, mas depois de certo tempo surgem outras empresas com produção de bens similares; a demanda por crédito diminui devido aos empresários se autofinanciarem em virtude dos lucros, observando-se uma deflação do crédito quando os empréstimos começam a ser pagos. Caso não ocorra uma nova onda de inovação a economia entrará em um período de retração. (CARUSO 2016).

Na teoria de Schumpeter, do modelo de fluxo circular, a alteração do ponto de equilíbrio é irreversível, as novas combinações de fatores provocam a destruição dos modos anteriores, sendo isto chamado de “destruição criativa”. Assim, *“A geração de lucro monopólico proporcionada por essas inovações é o motor do desenvolvimento econômico.”* (CARUSO 2016, p. 22). Para Schumpeter este modelo de mercado é mais eficiente para se alcançar o desenvolvimento econômico, pois este modelo, por causar concorrências por meio da inovação, é o único capaz de provocar alterações consideráveis.

A teoria do desenvolvimento, aponta Caruso et al. (2016), possui uma advertência no tocante ao papel desempenhado pelas instituições, se estas possuem uma composição arcaica, além de impossibilitar o desenvolvimento, ainda propiciam o subdesenvolvimento quando colocam obstáculos como a ausência de um sistema financeiro, fraco sistema monetário, carência de instituições jurídicas, entre outros; que impedem o empresário de impulsionar as ondas de inovação.

As ondas de desenvolvimento são interessantes “na ideia de “ondas longas” – uma derivação da teoria do economista russo Kondratieff – é a explicação sobre as origens dessa concepção: em diversas épocas, diferentes agrupamentos tecnológicos e institucionais estabeleceram um novo formato para o desenvolvimento do sistema econômico” (SOUZA, 2012 apud CARUSO et al. 2016, p. 24).

Para Schumpeter, a economia possui quatro fases em sua forma cíclica: ascensão, recessão, depressão e recuperação. Sendo importante destacar as duas primeiras.

- I. Ascensão: as inovações surgem, e fazem emergir empresários que passam a utiliza-las em busca de lucros maiores ou apenas para se manterem no mercado;
- II. Recessão: após o processo de alteração dos processos produtivos, os produtos chegam aos mercados e, devido à concorrência entre empresas os preços vão sofrendo queda, até um novo ponto de equilíbrio, dando fim ao período de ascensão e gerando a fase da recessão. Ressaltando que “(...) dois fatores podem acelerar a recessão: (a) crises especulativas nas bolsas de valores e de mercadorias; e (b) a rigidez dos salários, que não se reduzem com a queda dos preços dos produtos durante a recessão” (SOUZA, 2012 apud CARUSO et al. 2016, p. 25). Esta fase não é considerada totalmente como prejudicial uma vez que é necessário, à essa nova dinâmica imposta pelas inovações, um período de ajuste da economia a um nível superior, ou seja, com processos produtivos mais especializados.

Por fim, algumas ressalvas devem ser feitas quanto ao modelo de Schumpeter. A grosso modo a teoria vista é adequada a economias que possuem empresários potenciais em abundância, com capacidade de se financiar e que contam com instituições que assegurem uma estrutura de mercado adequada inibindo o surgimento de incertezas e riscos que impossibilitam a atuação do empresário inovador.

Nesse contexto schumpeteriano, o que observamos na América Latina, em especial no caso brasileiro, é o próprio Estado desempenhando, além das estruturas institucionais, o papel de inovador, garantindo o crédito necessário para subsidiar projetos. E, atuando como inovador e disseminador de tecnologias – como por exemplo; a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) como fonte motora de inovação, e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) como instrumento de difusão das tecnologias no setor rural. Por fim, a teoria schumpeteriana se atem a questões de alterações

técnicas e institucionais, e acaba por se distanciar de critérios de desenvolvimento, demonstrando uma teoria sobretudo de estrutura produtiva. (CARUSO et al. 2016).

Cabe ainda ressaltar a obra de Joseph Schumpeter, de 1954, *“The crisis of the tax state”*, onde propôs a discussão sobre o fenômeno tributário, tratando da relação entre o Estado e o contribuinte, nas palavras de José Casalta Nabais:

(...) recuperando ideias de Joseph Schumpeter, não se deve identificar o estado fiscal com o estado liberal, uma vez que o estado fiscal conheceu duas modalidades ou dois tipos ao longo da sua evolução: o estado fiscal liberal, movido pela preocupação de neutralidade econômica e social, e o estado fiscal social economicamente interventor e socialmente conformador. O primeiro, pretendendo ser um estado mínimo, assentava numa tributação limitada – a necessária para satisfazer as despesas estritamente decorrentes do funcionamento da máquina administrativa do estado, que devia ser tão pequena quanto possível. O segundo, movido por preocupações de funcionamento global da sociedade e da economia, tem por base uma tributação alargada – a exigida pela estrutura estadual correspondente. (2007, p17)

Deste modo, percebe-se certa atenção à questão da tributação e do papel que esta pode desempenhar para a realização das atribuições do Estado, conforme o seu tamanho e as obrigações que lhe foram conferidas. Dentro de um contexto social, político e econômico que este Estado foi concebido e está estruturado.

2.1.3 O desenvolvimento para Celso Furtado

Celso Furtado apresenta uma ruptura com os modelos de desenvolvimentos vistos no pós-guerra, o autor concentra seus estudos no desenvolvimento dos países latino-americanos. Juntamente com outros estudiosos vinculados a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), inicia-se a construção de uma matriz teórica voltada a compreender a dinâmica dos processos econômicos dos países periféricos (subdesenvolvidos). Para Celso Furtado era necessário a formulação de um estudo que retratasse a situação real no contexto de desenvolvimento dos países latino-americanos (CASSOL e NIEDERLE, 2016).

O pensamento cepalino sofreu grande influência das ideias de Keynes, onde se previa uma intervenção estatal em setores específicos da economia, como por exemplo de bens intermediários, que não eram atrativos ou não despertavam interesse do capital, sendo que este se concentraria em setores de bens duráveis por ser uma área mais dinâmica da economia (FURTADO, 1981 apud CASSOL e NIEDERLE, 2016).

Deste modo além das ideias de como superar a realidade latino-americana, no caso em questão o subdesenvolvimento emerge a industrialização como sendo um padrão ao desenvolvimento, junto da ação estatal como um modelo mais palpável a este processo. Segundo Bielschowsky (2000, p. 35),

“a ação estatal em apoio ao processo de desenvolvimento aparece no pensamento cepalino como corolário natural do diagnóstico de problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida” (apud CASSOL e NIEDERLE, 2016, p. 31).

Seguindo uma ideia similar às teorias de modernização.

No caso brasileiro, o processo de industrialização ocorreu de modo maciço na substituição de importações e apoio à produção nacional, mas segundo a própria formulação cepalina tal processo não poderia se sustentar uma vez que quanto mais se progredisse, mais difícil seria para manter os novos padrões de tecnologia e produção. Estes só poderiam crescer mediante obtenção de recursos. Que só foram possíveis mediante endividamento externo e aumento de pressão inflacionária desencadeando uma recessão na década de 80 (CASSOL e NIEDERLE, 2016).

Como resultado deste processo na economia brasileira, observa-se uma estrutura produtiva pouco diversificada e com características homogenias, o que agrava o subdesenvolvimento e, por consequência, a dependência. Furtado (1992, p. 10), afirma “Daí que a industrialização nas condições de subdesenvolvimento, mesmo ali onde ela permitiu um forte e prolongado aumento de produtividade, nada ou quase nada haja contribuído para reduzir a heterogeneidade social” (apud CASSOL e NIEDERLE, 2016, p. 32).

Para os autores, ao observar tais resultados na economia brasileira, Furtado constata a necessidade de uma modificação no pensamento cepalino:

Furtado propõe o aprimoramento das análises cepalinas por meio da construção de uma “teoria do subdesenvolvimento”. Ao se dar conta de que o subdesenvolvimento era parte indissociável do processo de desenvolvimento, o autor passou a problematizar a questão a fim de entender por que os países latino-americanos, e especialmente o Brasil, eram subdesenvolvidos e qual era a dinâmica desse processo. Para tanto, porém, era necessário engendrar uma nova abordagem, que interpretasse o (não) desenvolvimento de forma distinta daquela que propunham as teorias da modernização, em especial a ideia de “etapas” concebida por Rostow (CASSOL e NIEDERLE, 2016, p. 32).

Neste diapasão, Raúl Prebisch (1982) se posicionou de forma crítica à “lei das vantagens comparativas” de David Ricardo. Em sua visão um fator relevante não era levado em

consideração até aquele momento de que havia uma deterioração dos termos de troca uma vez que a relação de produtos importados versus exportados possuíam uma desigualdade significativa. Essa diferença era proveniente do fato que os países da periferia haviam tornando-se especializados em bens do setor primário, com pouco valor agregado, e, importavam bens manufaturados, ou seja, com um nível maior de tecnologia empregado na produção; provocando um desequilíbrio na balança de pagamentos (CASSOL e NIEDERLE, 2016).

Além de apontar elementos que complicam a análise da condição periférica, destacando fatores socioculturais internos que sustentam o modo de inserção dependente no comércio internacional, Furtado acrescenta ao estruturalismo uma perspectiva histórica de longo prazo e um viés metodológico mais indutivo. Além disso, Furtado adiciona em suas análises a dimensão do “poder” enquanto elemento central para explicar a reprodução estrutural do subdesenvolvimento. (...) É um processo histórico peculiar em que a difusão do progresso técnico – a inovação – não conduz à homogeneização social, mas à concentração de renda e ao aumento da desigualdade social. (CASSOL e NIEDERLE, 2016, p. 33).

Seguir o mesmo padrão de industrialização dos países centrais é insustentável uma vez que os países periféricos não disponibilizam dos mesmos recursos e da mesma estrutura da sociedade (padrão de consumo e técnicas produtivas). Os autores ainda constataam que “é o próprio processo capitalista que cria o subdesenvolvimento, na medida em que ele – o capitalismo – não necessita integrar todos os indivíduos na divisão social do trabalho” (CASSOL e NIEDERLE, 2016, p.34). nesta lógica, o próprio subdesenvolvimento é explicado pela discrepância entre centro e periferia.

Duas obras de Celso Furtado trazem questões importantes à discussão. *Em Formação econômica do Brasil* (1959), o autor apresenta uma incoerência entre o sistema produtivo e a estrutura de sociedade, em que, apesar do Brasil formar um modo de produção no setor da agricultura comercial competitivo no mercado internacional, a estrutura social ainda era baseada em economia de subsistência. Em outra obra, *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), Furtado apresenta o que chama de “dependência cultural”, enquanto nos países desenvolvidos o excedente era voltado a investimentos, no Brasil era usado para financiar consumo e manter o nível de vida da elite brasileira. “Dessa forma, crescimento econômico, por si só, não é capaz de gerar desenvolvimento, se este não vier acompanhado de uma mudança no âmbito dos valores e da cultura” (CASSOL e NIEDERLE, 2016, p. 34 e 35).

Neste sentido a teoria cepalina observou outros fatores. Além de métodos produtivos e financeiros, o debate passa a ser mais complexo por agregar questões econômicas, sociais e políticas. A própria ação estatal atuava neste sentido de desigualdade, “O fato de o Estado se apropriar de interesses privados evidenciava que a saída da dependência implicaria uma

contenda política acerca das prioridades de investimento estatal” (CASSOL e NIEDERLE, 2016, p. 35). Neste cenário dos anos 60 e 70 surge o debate de outros temas necessários para superar o subdesenvolvimento, tais como desigualdade, distribuição de renda e reforma agrária – surgindo assim compromissos sociais, de modo que a execução destes era essencial para a superação de obstáculos estruturais no combate a redução das desigualdades e no desenvolvimento econômico. A partir dos anos 90 surge o “neoestruturalismo cepalino” cabendo a este “a defesa de temas como equidade social e democracia pluralista como condições básicas e necessárias do desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2006 apud CASSOL e NIEDERLE, 2016).

Como aponta Bielschowsky (1996), a discussão sobre questões distributivas tem suas considerações feitas desde a década de 50, e leva em conta a proposição de tributação sobre os mais favorecidos em termos de concentração de renda e crescimento, ligando estes fatores a desigualdades regionais. Mostrando que as teses anteriores a 1964 já apontavam “a questão de tributação e das reformas administrativa e agrária como saídas para a concentração de renda” (LINS, 2008, p 31).

2.1.4 O desenvolvimento para Albert Hirschman

Albert Hirschman foi um economista alemão e se dedicou a “economia do desenvolvimento” que, por um lado, demonstrava euforia sobre o processo de modernização e o progresso que este resultava e, por um outro questionava decisões políticas que provocavam aumento da desigualdade. Neste sentido, o debate que Hirschman traz para o desenvolvimento é do surgimento de uma preocupação com questões ligadas à equidade social. Assim, “(...) distintos contextos sociais definem diferentes trajetórias de desenvolvimento” (CORDONA et al 2016, p. 38).

Para Cordona et al (2016), Hirschman tinha um interesse pelos países da periferia e seus problemas e por possuir uma visão heterodoxa, observou as economias do subdesenvolvimento como realmente eram, e não como deveriam ser dentro do contexto dos países centrais. Para PINTO (1964) apud CORDONA et al (2016), Hirschman não se enquadra como um revolucionário, pois acreditava que a mudança poderia ocorrer sem transformações radicais. Sua abordagem pode ser definida como “possibilista”, pois indica como mais importante as possibilidades do que prever tendências.

Sua crítica à América Latina era relacionada à própria negação histórica que os novos governantes faziam ao buscar alternativas inovadoras por meio de projetos que seriam a salvação dos países. O equívoco estava em desconsiderar o progresso social e econômico, acreditando em uma única solução para todos os problemas. Outro posicionamento de Hirschman (1996) era de que “como revelou a própria experiência latino-americana, é possível realizar um progresso econômico considerável sem um concomitante avanço democrático, e vice-versa. (...) O fato é que progresso econômico e progresso político “não estão ligados de modo fácil, direto e funcional” (apud CORDONA et al 2016, p. 41).

A sua perspectiva de desenvolvimento não se detém a melhor alocação de recursos, mas a habilidades que estão em constantes mudanças, esta mobilização que o autor chama de “racionalidades ocultas” são determinantes durante o processo de transformação do país. É a junção entre os processos individuais e coletivos, em seus papéis simultâneos de agentes e beneficiários que movem o processo de desenvolvimento (SANTISO, 2000 apud CORDONA et al 2016, p. 42).

Segundo Hirschman, o processo de crescimento acaba por criar inevitavelmente desigualdades, sendo que é preciso primeiro fazer o bolo crescer e depois dividi-lo. Sendo que é impossível uma sociedade acabar primeiro com as questões ligadas a desigualdades para depois então se desenvolver. Nesta lógica, o autor sugere um “crescimento desequilibrado”, sendo fortemente influenciado por Schumpeter, que defendia a proposta de que os desequilíbrios seriam os motores para o desenvolvimento. Assim o foco ocorreria em setores chaves da economia com potencial para desencadear reações em outros setores. Nos termos de CORDONA et al (2016):

Os planos desenvolvimentistas deveriam mobilizar recursos e habilidades ocultos, dispersos ou mal aproveitados, e incentivar inovações que permitissem produzir e gerir novos desequilíbrios. Obviamente, Hirschman (1983) estava ciente de que, uma vez iniciado o processo, as interdependências entre os inúmeros setores econômicos acentuariam os desequilíbrios, efeito do maior desenvolvimento de determinado setor. Isso colocaria em movimento as forças de mercado (mudanças de preços) e as políticas governamentais, em resposta a clamores sociais contra a escassez gerada, controlando o desequilíbrio (p. 44 e 45).

Simultaneamente Hirschman defendia a ideia de projetos em infraestrutura, como ferrovias e hidroelétricas, pois este tipo de atuação do Estado induziria a atuação dos agentes. No pensamento hirschmaniano o ponto principal está em estimular a ação humana mostrando a direção para o desenvolvimento. O autor ainda observa que tal processo pode gerar inquietações nos indivíduos e que o grau de tolerância não tem como ser definido anteriormente,

“A arte do desenvolvimento está justamente em gerir esta cadeia de desequilíbrios e os conflitos a ela inerentes, sem a pretensão de caminhar rumo a qualquer forma de equilíbrio preestabelecido (CORDONA et al 2016).

Hirschman questiona o motivo do modelo de crescimento equilibrado não ter eficácia nos países subdesenvolvidos. Nesta construção teórica considera-se que é necessário injetar de modo simultâneo o capital em diferentes áreas e promover o crescimento de mercado. Neste sentido seria necessário aos países subdesenvolvidos um impulso para iniciar o processo, como consequência os governos obtiveram consideráveis empréstimos internacionais, sendo que o sentido da transformação não dependia tão somente do capital, mas também de estrutura institucional e política. Como apresenta Cordona et al (2016, p. 44), Hirschman aponta para três características que seriam a razão do fracasso do modelo de crescimento equilibrado:

- I. Insuficiência de recursos para promover áreas motoras;
- II. Capacidade de coordenação global do processo (capacidade operacional do Estado); e,
- III. Falta de estrutura do Estado juntamente com a carência de conhecimento, tecnologia e habilidades sociais.

Por fim, os trabalhos de Hirschman foram importantes para o surgimento de uma disciplina denominada como Economia do Desenvolvimento que, segundo Bonente e Almeida Filho (2008) apud Cordona et al (2016, p. 46), encontram a justificativa da disciplina na obra *Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento*, Hirschman (1986). Seriam estas:

(...) **primeiro ponto** destacado pelo autor é o fato de que a disciplina traduz sua rejeição ao monoeconomismo e, nesse sentido, o débito que ela tem para com a Teoria geral de Keynes, a qual constituiria o primeiro corpo analítico coerente capaz de evidenciar o equívoco da economia convencional, que desconsidera a existência de realidades sociais diversas e a necessidade de instrumentos distintos para analisá-las. (...)A **segunda característica** distintiva da ED apontada por Hirschman seria a sua posição peculiar em relação ao princípio da reciprocidade das vantagens nas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Contrariamente aos liberais, que sustentavam a existência dessa relação recíproca, a ED afirmava a inexistência de benefícios mútuos, mecânicos e abstratos gerados de antemão pelas “leis do mercado”. Nesse sentido, a disciplina se aproximaria da tese cepalina referente à “deterioração dos termos de troca” nas relações desiguais entre centro e periferia (CORDONA, 2016, p 46, grifo do autor).

Suas obras impactaram nas discussões referentes a desenvolvimento por décadas, criticando teorias e ideologias dominantes, defendendo um pensamento heterodoxo o que lhe permitiu adaptar sua teoria a diferentes realidades, introduzindo questões referentes ao capital humano e social. (CORDONA, 2016, p 47 e 48).

2.1.5 O desenvolvimento para Amartya Sen

O mundo pós-guerra não pode ser analisado de forma convencional, ou seja, com indicadores econômicos de renda e Produto Interno Bruto, o mundo se tornou mais complexo e com ele emerge a necessidade de se ampliar a forma como se observa o desenvolvimento. Os modelos até então atendiam a um determinado grupo, os países centrais ou as economias desenvolvidas, mas estas teorias não se encaixavam no contexto dos subdesenvolvidos, pois não conseguiam explicar as transformações sociais que a sociedade vinha passando nas décadas de 1980 e 1990. Segundo Cassol et al (2016a, p.50),

(...) novas abordagens do desenvolvimento voltaram-se à compreensão do modo como as pessoas veem seu lugar no mundo e procuram construir alternativas para viabilizar a vida que elas mesmas julgam adequada.

Assim, o foco das novas análises são os atores sociais e não apenas o mercado ou o Estado.

Como demonstraram Celso Furtado e os cepalinos, o aumento das desigualdades sociais são paralelos ao crescimento econômico que não conseguia encontrar meios de superar a vulnerabilidade social. Deste modo, Amartya Sen passa a questionar os modelos de desenvolvimento que possuíam em sua análise apenas indicadores monetários, ganhando visibilidade por trazer para discussão questões de bem-estar, qualidade de vida, privações e capacidade de compreender os diferentes contextos sociais e como auxiliar cada um deles.

A vida das pessoas é a finalidade última, sendo a produção e a prosperidade meros meios para atingi-la. O objetivo é a liberdade, a fim de que os indivíduos não sofram privação de capacidades e estejam livres para viver do modo que preferirem; ou seja, a fim de que os indivíduos possam agir para ir ao encontro das mudanças a eles propiciadas, de acordo com seus valores e objetivos. (CASSOL et al 2016a, p 51)

Amartya Sen ampliou o olhar sobre o que é o desenvolvimento, dando uma visão sobre o poder de escolha dos indivíduos com relação a suas vidas. Para Sen (2000, p. 10) “(...) o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança” (apud CASSOL et al 2016a, p 54).

O autor revela que não é apenas a qualidade de vida que melhora como resultado do desenvolvimento, como outras habilidades produtivas também. A abordagem é voltada em disponibilizar aos indivíduos meios para alcançar seus objetivos, as ações não são mais voltadas apenas ao resultado final. Para compreender a abordagem seniana é preciso apresentar alguns dos principais conceitos:

INTITULAMENTOS = MEIOS: são os condicionantes ou ativos que caracterizam recursos que os indivíduos possuem.

Liberdades políticas: direitos civis, liberdade de expressão, de voto, direito de escolha informativa, etc.

Facilidades econômicas: consumo, condições de troca, renda, riqueza. Oportunidades sociais: educação, saúde, emprego (com foco na vida privada).

Garantias de transparência: relações de confiança (institucional ou individual)

Segurança protetora: rede de segurança social, habitação, saneamento, aposentadoria, transporte, etc.

FUNCIONAMENTOS = FINS (realizações): são os resultados das várias combinações de intitulos, repercutindo, então, na liberdade que uma pessoa tem para levar a vida da forma que deseja. (Exemplos: estar bem nutrido, livre de doenças, ter boa saúde, ter um bom emprego, etc.; ou conquistas mais complexas, como ter respeito próprio, ser feliz, fazer parte da vida da comunidade, etc.)

São consecutivos ao ‘estado’ (being) de uma pessoa; e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes. (CASSOL et al 2016a, p 56, grifo do autor).

Neste ponto, o desenvolvimento humano é compreendido por meio das capacidades, focando na liberdade de escolha dos indivíduos, no poder de escolha frente ao conjunto de oportunidades que oferecem as pessoas alcançar seus objetivos. Nesta perspectiva os indivíduos fazem parte do processo de mudança e dependem de condições sociais, políticas e econômicas, ou seja, “O que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições habilitadoras, tais como boa saúde, educação básica e incentivo ao aperfeiçoamento de iniciativas” (CASSOL et al 2016a, p 57).

A abordagem de Amartya Sen sobre o desenvolvimento pode ser analisada sob diferentes focos:

I. Diversidade humana, equidade e desigualdade:

Segundo Sen (2000) há cinco tipos de diversidade entre os indivíduos e, essas diferenças interferem nas oportunidades reais que estão disponíveis a elas, a saber são: “(a) heterogeneidades pessoais (sexo, idade, limitações físicas, etc.); (b) diversidades ambientais; (c) variações no clima social (saúde pública, educação, violência, etc.); (d) diferenças de perspectivas relativas (convenções e costumes entre comunidades); e (e) distribuição dentro da família (entre os sexos, as idades ou as necessidades percebidas)” (CASSOL et al 2016a, p 57).

Dentro do que foi exposto notamos que avaliar a desigualdade no âmbito da diversidade é complexo, assim mensurar as diferenças depende basicamente da variável escolhida na análise e, mostra porque muitas abordagens utilizam principalmente renda e riqueza no estudo.

Contudo, a desigualdade real de oportunidades com que as pessoas se defrontam não pode ser reduzida à desigualdade de rendas, “pois o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente das rendas, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nós o que somos” (SEN, 2001, p. 60 apud CASSOL et al, 2016a, p 57).

Neste diapasão, a equidade deve ser conquistada no espaço da liberdade, sendo de extrema importância na análise seniana, pois:

O sentido da igualdade é a equidade de liberdade que as pessoas têm, e é nesta que a desigualdade deve ser analisada. Assim sendo, o desenvolvimento – e a possibilidade de igualdade em termos de equidade de liberdade – estão estreitamente relacionados às liberdades sociais, civis e políticas que os indivíduos usufruem em suas vidas. Ou seja, o desenvolvimento e a igualdade também dependem do respeito aos direitos humanos e políticos (CASSOL et al, 2016a, p 58).

Dentro deste fundamento que se deve tratar de modos distintos os que são diferentes, impor as mesmas condições a grupos diversos é uma mera reprodução de desigualdades, pois não respeita os aspectos essenciais que os indivíduos julgam necessário para viver. Este é o risco das abordagens meramente econômicas, que acabam por tentar homogeneizar toda uma sociedade impondo uma mesma identidade social, restringindo o poder de liberdade e escolha individual. (CASSOL et al, 2016a, p 58).

II. A análise da pobreza:

Neste enfoque, a pobreza pode ser entendida como a privação de capacidades básicas, e não sob nível de renda. Sen (2000) aponta três argumentos:

- (a) tal abordagem concentra-se em privações que são *intrinsecamente* importantes, ao passo que a renda é apenas *instrumentalmente* relevante;
- (b) há outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza –, além da insuficiência de renda;
- (c) a relação instrumental entre renda e capacidade é variável entre comunidades, famílias e indivíduos, em decorrência da diversidade humana; ou seja, o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional (apud CASSOL et al, 2016a, p 59).

Os dois conceitos definidos por Sen devem ser compreendidos:

Pobreza relativa:

A pobreza relativa envolve condições de privações e sentimentos de privações. (...) No que concerne às condições de privações, a pobreza relativa diz respeito a situações em que indivíduos possuem um atributo desejado – rendimento, condições ou capacidades de emprego favoráveis, etc. – a menos do que outros. No entanto, as condições de privações não podem estar desvinculadas de sentimentos de privações, (...). Deve-se observar o estilo de vida que é valorizado e partilhado em determinada sociedade e identificar um limite abaixo do qual os indivíduos ou as famílias avaliem ser cada vez mais difícil

participar nos costumes e atividades que esse estilo de vida compreende (CASSOL et al, 2016a, p 59).

Pobreza absoluta:

Mas a pobreza relativa não deve ser a única a ser considerada no conceito de pobreza. Ela é complementar à privação absoluta, que se relaciona com padrões mínimos de existência humana, tais como as necessidades básicas. Estas sofrem variações de acordo com as características físicas, climáticas, hábitos de trabalho, etc., (...). Há diversos fatores que pesam neste tipo de determinação (CASSOL et al, 2016a, p 60).

Dentro desta abordagem a questão da pobreza não é meramente ligada a renda de um indivíduo, alguns pontos são indiscutíveis quando se trata de pobreza, como por exemplo a questão da carência alimentar e desnutrição. Mas também se relaciona com outras privações que este pode considerar essências para viver, levando-se em consideração elementos culturais e hábitos que o fazem pertencer ou não a determinado grupo social.

Por fim, Amartya Sen traz par ao debate do desenvolvimento o tema da diversidade humana, alterando o foco de desenvolvimento e avaliação da pobreza. Cumpre mencionar que Sen, em conjunto com Muhdub ul Haq, economista paquistanês, propôs o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que vem sendo utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice vem sendo amplamente utilizado por diversas organizações por todo o mundo pois possibilita a comparação entre diferentes regiões e permite analisar o progresso das mesmas ao longo do tempo. (CASSOL et al, 2016a).

Deste modo, destaca-se a importância de uma abordagem que trate os mais diversos aspectos da sociedade, atendendo cada um dos problemas de modo diferente. Compreendendo a complexidade e as particularidades dos contextos sociais que existem dentro de uma mesma nação.

2.2 INDICADORES SOCIAIS

A mensuração da pobreza apenas pela visão unilateral do nível de renda tem se mostrado insuficiente nos últimos anos, o universo de necessidades dos indivíduos está em constante transformação, isso exige um maior aprofundamento no que se refere a compreensão sobre pobreza. O conceito de pobreza multidimensional utilizada por Amartya Sen traz para o debate outros “parâmetros fundados nos princípios da justiça social juntamente com a criação de um novo conceito de bem-estar” (FAHEL, TELES E CAMINHAS, 2016).

Essa abordagem traz dimensões como saúde, educação, mercado de trabalho e condição de habitação, mostrando a importância da amplitude da perspectiva sobre pobreza, contribuindo para superação e dando maior atenção a sua complexidade durante o processo de mensuração. Deste modo, tanto os critérios para análise como os resultados trazem conclusões mais adequadas sobre as diferentes realidades existentes. Assim, uma descrição minuciosa da situação pode contribuir para o uso adequado de políticas públicas e sociais que possam alterar de forma significativa a realidade de uma dada localidade.

No caso do Brasil, apenas em 2011 o governo passou a adotar o critério de pobreza multidimensional. Anteriormente a abordagem brasileira levava em conta apenas aspectos econômicos. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) é baseado na concepção de Amartya Sen, onde a pobreza não é restrita a variáveis monetárias. Na visão seniana há diferentes tipos de privações que restringem a liberdade dos indivíduos “em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social” (SEN, 1999, p 17).

Deste modo, o IPM mede a dimensão da pobreza sobre três fatores – educação, saúde e padrão de vida – e nove indicadores divididos entre estes critérios – anos de escolaridade, frequência escolar, mortalidade infantil, combustível de cozinha, eletricidade, água, bens adquiridos, saneamento básico e tratamento do lixo. Cabe ressaltar que os parâmetros utilizados podem ser adaptados com os diferentes contextos políticos, sociais e culturais de cada país.

Uma abordagem ampla desse tipo permite a apreciação simultânea dos papéis vitais, no processo de desenvolvimento, de muitas instituições diferentes, incluindo mercados e organizações relacionadas ao mercado, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, sistema educacional e oportunidades de diálogo e debate aberto (incluindo o papel da mídia e outros meios de comunicação) (SEN, 1999, p 23).

Desta maneira, os resultados sobre a análise da realidade socioeconômica do país revelam com maiores particularidades as características de uma sociedade, auxiliando o uso adequado de políticas públicas voltadas para as deficiências que se apresentam. Assim, segundo Fahel, Teles e Caminhas (2016), a adoção de uma análise multidimensional da pobreza traz benefício por contribuir nas escolhas de políticas sociais voltadas à população mais carente.

Neste sentido, o papel que o Estado e suas instituições desempenham são de suma importância no processo de crescimento econômico. Para Sen (1999, p 71), “a qualidade de vida pode ser em muito melhorada, a despeito dos baixos níveis de renda, mediante um programa adequado de serviços sociais”. Sendo que “é preciso haver uma abordagem integrada

e multifacetada, visando a um progresso simultâneo em diferentes frentes, incluindo diferentes instituições que se reforcem mutuamente” (SEN, 1999, p 169).

Nessa continuidade, vemos a importância do papel das instituições e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar caminhando num mesmo sentido. Abrindo possibilidades de o Estado custear serviços públicos como por exemplo na área da educação e da saúde, melhorando a qualidade de vida de uma sociedade (SEN, 1999, p 70 e 71). Faz-se necessário a criação de meios que possibilitam uma melhor gestão dos recursos públicos disponíveis.

Deste modo, o ônus fiscal tem um papel fundamental no processo, pois é a partir desses recursos que o Estado irá operar suas políticas públicas. Em vista disto, cabe as instituições dispor dos instrumentos necessários, identificando alternativas que beneficiam de forma mais igualitária os indivíduos, tendo os tributos um papel essencial pois são estes que financiam os projetos, iniciativas e manutenção dos serviços públicos ofertados.

2.3 DESENVOLVIMENTO E TRIBUTAÇÃO

A política fiscal pode ser entendida como um meio de proporcionar uma evolução puramente econômica, mas também pode ser utilizada como instrumento político e social, atendendo as finalidades distintas do Estado como distribuição de renda, necessidades sociais, políticas de investimentos, entre outras, privilegiando necessidades essenciais da sociedade, tais como alimentação, saúde, moradia, educação, entre outros. Assim, ao elaborar política tributária devemos observar se o sistema tributário é justo e, se está adequado à realidade de renda e desenvolvimento econômico da sociedade em questão (CASTRO e RIBEIRO, s.d.).

Deste modo, a política tributária pode ser vista como um instrumento de correção e redução de desigualdades, tanto do crescimento como do desenvolvimento econômico, se aproximando de princípios de equidade, progressividade, neutralidade e simplicidade. Para Nali de Jesus de Souza (2003), o desenvolvimento econômico “significa mudança de estrutura, como o crescimento da participação do produto industrializado no produto total, e melhoria dos indicadores sociais e da distribuição de renda” (apud CASTRO e RIBEIRO, s.d.).

Para Amartya Sen, o desenvolvimento social requer a necessidade de superar privações de liberdade, pois isto faz parte da relação construtiva do processo. Sendo que “as disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das

liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades” (1999, p 18).

Neste sentido, como argumenta Castro e Ribeiro (s.d.) “para que haja desenvolvimento, o sistema jurídico deve ser capaz de assegurar liberdades políticas aos seus cidadãos, uma vez que é somente através delas que metas sociais e econômicas são legitimamente estabelecidas” (p 7). Deste modo, os preceitos jurídicos revelam um importante instrumento no plano político na defesa dos interesses sociais da sociedade.

Para Musgrave (1980), a política fiscal pode desempenhar três funções: distributiva (para distribuir renda e riqueza na sociedade com o objetivo de minimizar as desigualdades), estabilizadora (com a finalidade de estabilizar a economia promovendo o crescimento econômico), e alocativa (ofertando bens públicos como saúde, educação, segurança, infraestrutura entre outros) (apud GOMIDE, 2009).

Nas palavras de Aliomar Baleeiro (1984):

Uma política tributária, para ser racional, há de manter o equilíbrio ótimo entre o consumo, a produção, a poupança, o investimento e o pleno emprego. Se houver hipertrofia de qualquer desses aspectos em detrimento dos outros, várias perturbações podem suceder com penosas consequências para a coletividade (apud CASTRO e RIBEIRO s.d., p 7 e 8).

Assim, nos dizeres de Carvalho et al (2012), é por meio da arrecadação tributária, dos recursos provenientes do contribuinte que o Estado, através da administração pública, financia e executa projetos e políticas públicas aos indivíduos. Ainda, segundo o autor, o tributo tem como principal fundamento manter a condição econômica do país, mas “tem por finalidade atender às necessidades públicas e coletivas da população”.

Como afirma Castro e Ribeiro (s.d.), o Brasil apresenta expressivos desequilíbrios regionais e, portanto, se faz necessário o uso de instrumentos que atuem sob as disparidades promovendo políticas que visem o desenvolvimento social e econômico. Como consta no texto constitucional, os princípios de ordem econômica e de ordem social, estão conforme os preceitos da justiça social, preservando os direitos sociais dos indivíduos, procurando promover oportunidades iguais a todos.

Desta forma, a contribuição de melhoria está intimamente ligada à noção de justiça social, pois sua finalidade é de reaver recursos públicos gastos em obras que resultam em benefício a apenas um pequeno grupo (a valorização imobiliária de seus imóveis, por consequência, um enriquecimento individual). Assim, faz retornar ao coletivo um recurso que

pode de fato ser utilizado em políticas e ações que tragam benefícios a todos de forma igualitária, como acesso a saúde básica, proporcionando as ditas oportunidades econômicas e sociais apresentadas por Amartya Sen.

3 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA COMO INSTRUMENTO AO DESENVOLVIMENTO

Para Amartya Sen, as oportunidades sociais que o Estado pode oferecer a uma sociedade, educação, saúde entre outras, além de propiciarem uma melhora na qualidade de vida, estas oportunidades também possibilitam aos indivíduos exercer de forma mais ativa o exercício da política e atuação na vida econômica de um país (SEN, 1999, p 59). Deste modo, Sen (1999, p 60), ressalta as “garantias de transparência” entre as pessoas como sendo um importante inibidor da “corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas”.

Desta maneira, a interrelação entre os indivíduos e as instituições são de grande importância. E trabalho em conjunto das partes é essencial para o desenvolvimento social. Nesse sentido, na busca por processos transparentes que estimulem a participação da sociedade, com uma melhor utilização dos recursos públicos em prol de toda a comunidade, proporcionando a todos os indivíduos oportunidades iguais, que será apresentado um instrumento tributário que auxilia nesta ação.

Conhecida no Brasil como Contribuição de Melhoria, *beterment tax* na Inglaterra, *contribution sur les plus values* na França, *contributi di miglioria* na Itália, *contribución de mejoras* na Espanha, na Alemanha é conhecida como *erschliessungs beitrags* e nos Estados Unidos *special assessment*. Este tributo será visto em sua origem, sendo necessário alguns apontamentos dentro do direito tributário para que se possa ter uma melhor compreensão da importância tanto do instrumento, como da interrelação e complementariedade das instituições no processo de desenvolvimento da sociedade. (LEONETTI, 2000)

3.1 ALGUNS CONCEITOS E DEFINIÇÕES DENTRO DO DIREITO

A questão da tributação não é algo simples. Segundo MACHADO (2010), tanto o Estado quando os contribuintes devem se submeter as normas jurídicas. O estabelecimento do tributo é feito por meio de lei e até o seu processo de formação está vinculado a princípios jurídicos essenciais definidos na Constituição. Como explica, a ação de pagamento de tributos não é um ato solidário onde cada contribuinte toma a decisão do quanto pagar ou se o quer fazer, o pagamento de tributos constitui a realização de um dever jurídico.

Para Gonçalves e Stelzer (2014) a Ciência Econômica oferece ao Direito instrumentos necessários a formulação de políticas públicas, sendo que este é delineado pelas mudanças que ocorrem na sociedade. Dentro desta perspectiva os autores discorrem que:

A interação entre a Ciência Econômica e o Direito é, em primeiro momento, surpreendente já que, a princípio, haveria diferença metodológica na compreensão da fenomenologia social por parte de ambas as ciências; entretanto, é interessante verificar que a unicidade de determinado fenômeno pode ser apreciada sob os diversos pontos de vista sem deixar que este continue individualizado e inalterado. A Economia é ciência analítica por natureza e aplica-se ao Direito na medida em que lhe propicia a metodologia necessária para quantificar interesses, analisar procedimentos e indicar soluções com tendências probabilísticas que levem à dissipação dos conflitos e à satisfação das necessidades, bem como à elaboração legislativa (p.268 e 269).

Deste modo observamos que estas duas ciências são complementares, uma vez que partem do instrumental uma da outra na construção de políticas públicas voltadas para o melhoramento de vida dos indivíduos de uma mesma sociedade. Gonçalves e Stelzer (2014) ainda apresentam que:

Os Estados, segundo a pragmática de seus governos, buscam, nas instituições econômico-jurídico-políticas, a maximização de expectativas de forma a ser obtida a maior diferença entre custo e benefício. Defende-se, pois, que se pode distribuir renda e alocar recursos a partir de tomada de decisão racional consideradora do social, fato que o mercado, por si, é incapaz de fazer (p. 271).

Dentro desta lógica, compreendemos a relevância de se trabalhar em conjunto de outra ciência, partindo de uma construção interdisciplinar para o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento futuro.

3.1.1 Direito Tributário

Dentro desta compreensão é preciso conceituar a área que sistematiza os tributos. Para Machado (2010) a definição de Direito Tributário é: “(...) o ramo do Direito que se ocupa das relações entre o fisco e as pessoas sujeitas a imposição tributárias de qualquer espécie, limitando o poder de tributar e protegendo o cidadão contra abusos desse poder” (p. 56).

Para o Professor Celso Antônio Bandeira de Mello:

O direito não disciplina pensamentos, propósitos, intenções, mas regula comportamentos de um em relação a outro ou a outros. Eis porque o direito pressupõe pelo menos duas pessoas. (...) Mesmo quando parece que uma norma jurídica está disciplinando uma relação entre uma pessoa e uma coisa, na verdade ela está regendo uma relação entre pessoas; estabelecendo que alguém deve dar fazer ou não fazer alguma coisa para outrem (Apud Geraldo Ataliba, 2004, p. 22)

Segundo o CTN, o conceito de tributo está definido como: “Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”¹

Na percepção de Luciano Amaro (1997), a definição de tributo é “a prestação pecuniária não sancionatória de ato ilícito, instituída em lei e devida ao Estado ou a entidade não estatal de fins de interesse público” (Apud Carlos Araújo Leonetti, 2000, p. 21).

Machado (2010) faz outros apontamentos importantes. De que a cobrança só por ser instituída por lei que o estabeleça e, que a só será cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, ou seja:

Atividade vinculada é aquela em cujo desempenho a autoridade administrativa não goza de liberdade para apreciar a conveniência nem a oportunidade de agir. A lei não estabeleça apenas um fim a ser alcançado, a forma a ser observada e a competência da autoridade para agir. Estabelece, além disto, o momento, vale dizer, o quando agir, e o conteúdo mesmo da atividade. Não deixa margem à apreciação da autoridade, que fica inteiramente vinculada ao comando legal (p. 67, grifo do autor).

Nesta construção teórica vemos que o direito tributário existe para delimitar o poder do Estado, não tendo como finalidade única a arrecadação de meios para financiar a máquina pública. Protegendo assim os interesses do Estado e dos indivíduos que dele fazem parte, impedindo o abuso de autoridade durante sua execução.

3.1.2 Tributos

Apresentado, mesmo que brevemente, o conceito de direito tributário, buscamos entender nesta seção o que são os tributos e quais são eles dentro do nosso sistema tributário. Compreendendo a função de cada um, bem como o propósito para o qual foram criados, buscando entender, ainda que superficialmente, o papel que desempenham para a arrecadação, suas diferenças e particularidades, tendo uma melhor compreensão dos instrumentos tributários os quais dispomos.

Para Hugo de Brito Machado (2010), o sistema tributário brasileiro conta com quatro espécies de tributos, são eles: “os impostos, as taxas, as contribuições de melhorias e as

¹ BRASIL. Decreto n. 5.172, de 25 de out. de 1966. Contribuição de Melhoria, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm>

contribuições sociais”. Sendo que as últimas “podem ser subdivididas em contribuições de intervenção do domínio econômico, contribuições do interesse de categorias profissionais ou econômicas e contribuições de seguridade social” (p 70).

Na concepção de Carlos Araújo Leonetti (2000), a Constituição de 1988 previu claramente a existência de cinco espécies tributárias, sendo todas com especificações próprias, a saber, a quinta categoria corresponde aos empréstimos compulsórios. Ainda segundo o autor, outros nomes como Celso Ribeiro Bastos, Ives Gandra da Silva Martins, Ruy Barbosa Nogueira, Ubaldo Cesar Balthazar e Vittorio Cassone também adotam esta classificação. Cabe lembrar que no âmbito do direito ainda há divergências acerca das classificações tributárias.

Essas divergências quanto às espécies tributárias existentes no direito brasileiro devem-se, primordialmente, à não adoção de um critério único de classificação, pelos estudiosos. Com efeito, o critério previsto no art. 4º do Código Tributário Nacional, cuja ênfase repousa toda na hipótese de incidência, e que despreza, expressamente, quaisquer considerações a respeito do destino da receita obtida, revela-se hoje, insuficiente para uma eficaz classificação dos tributos (LEONETTI, 2000, p 30 e 31).

Neste sentido, a caracterização utilizada nesse trabalho está vinculada ao que foi exposto pelo autor Carlos Araújo Leonetti (2000) em sua obra.

(...), o **imposto** se caracteriza por seu um tributo (...) cuja hipótese de incidência consiste numa situação qualquer independente de uma atuação estatal específica, relativa ao contribuinte. (...), a hipótese de incidência dos impostos deve, necessariamente, ter cunho econômico. A **taxa**, por sua vez, consiste em um tributo vinculado a uma atuação estatal referida diretamente ao contribuinte, (...). Já a **contribuição de melhoria**, (...), há um consenso de que se trata de um tributo igualmente vinculado, a exemplo da taxa. Neste caso, a atuação estatal referida ao contribuinte é a realização de obra pública. (...) O **empréstimo compulsório** (...) a partir da entrada em vigor da Carte de 1988, estão muito claras as hipóteses em que pode ser instituído empréstimo compulsórios, bem como a destinação de sua receita. Por último, as **contribuições especiais**, são todos aqueles tributos que se caracterizam ou por carrear recursos para a política social do governo (...) ou por servir de instrumento de intervenção no domínio econômico (...) ou por ser fonte de financiamento das entidades corporativas (...) e sindicais (LEONETTI, 2000, p 33 e 34, grifo do autor).

Para uma melhor distinção entre cada um dos tributos acima apresentados, o autor se utiliza dos dizeres de Geraldo Ataliba, em sua obra *Hipótese de incidência tributária* (1990, 4ª edição)². Com relação ao autor, o imposto não é um tributo vinculado a uma ação estatal, a hipótese de incidência está relacionada a capacidade econômica ou contributiva do sujeito. Já a cobrança de taxas, consiste como hipótese de incidência, a atuação estatal ligada diretamente

² Neste trabalho, contamos com a 6ª edição de 2004.

ao contribuinte – exemplo: prestação de serviços, fornecer certidão, dar licença, dar autorização, fiscalizar, entre outros.

No caso das contribuições a relação “entre atuação estatal e o contribuinte é diversa”, nesta relação é preciso que ocorra uma situação intermediária que vincule a ação do Estado ao contribuinte para que se possa realizar a cobrança. Assim como especifica Aires Barreto (1987) apud Geraldo Ataliba (2004, p 151), tal “circunstância intermediária que é dado de conexão com o obrigado”, ou seja, somente com essa combinação que pode ser realizada a cobrança dos tributos classificados como contribuições.

3.2 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Feita de algumas distinções superficiais a respeito dos tributos, a seção a seguir tratará de forma mais acentuada do que se trata a contribuição de melhoria, objeto de estudo deste trabalho.

3.2.1 Evolução histórica observadas em outros países

A instituição da contribuição de melhoria data do século XIII, como apresentado por Leonetti (2000) em sua obra citando outros autores, com a drenagem no pântano de *Romney* na Inglaterra no ano de 1250, obras públicas no condado de *Kent*, para a drenagem da região pantanosa de *Romney* ficou a cargo dos proprietários que foram beneficiados e de obras de benfeitorias em praças na França.

Alguns historiadores citam o início deste tributo com obras realizadas em uma praça próxima a Igreja de Santa Maria dei Fiori, em 1296, na cidade de Florença na Itália. Com o efeito da obra, gerou valorização dos imóveis da região e, os custos ficaram a cargo dos proprietários que obtiveram um benefício.

No princípio, a *beterment tax* da Inglaterra, não tinham como fato gerador a valorização imobiliária, mas sim, a melhoria de vida dos proprietários de imóveis (SABBAG, 2012). Como explicado por Ataliba (2004, p 172), a *beterment tax* custeou gastos, por séculos, da obras e melhorias no Rio Tâmsa, impactando na vida da população ribeirinha em questões ligadas a qualidade de vida e ordem econômica, tratando de saneamento básico e garantindo a navegação na região.

Segundo Sacha Calmon Navarro Coêlho (1990), após o termino das obras do Rio Tâmbisa, o Parlamento britânico notou que apenas uma pequena classe havia experimentado um benefício restrito. Uma área que antes causava transtornos com alagamentos, agora eram terras férteis servindo a agricultura e pecuária, com um aumento na qualidade de vida dos que ali residiam. Como efeito visto, os imóveis sofreram aumento de seu valor de mercado, então surge a ideia por parte do legislativo de um tributo (*beterment tax*) apenas para proprietários beneficiados por obras públicas, em decorrência da mais-valia obtida por estes (apud LEONETTI, p. 84, 2000).

Nos Estados Unidos a *special assessment* é apresentada em 1691 e, segundo Leonetti (2000), a lei americana é praticamente cópia da lei inglesa datada de 1667. Porém, somente em 1882 que de fato foi codificada, pois após a Guerra de Secessão (1861-1865) este tributo foi utilizado de forma descontrolada na reconstrução das cidades, tendo um desvio de finalidade.

3.2.2 Surgimento, evolução histórica no Brasil e utilização

No Brasil, a primeira utilização de um tributo similar a contribuição de melhoria é datada de 1812, no estado da Bahia sob domínio português para a construção de obras públicas (LEONETTI, 2000), e em 1818 com o chamado fintas para a execução de reparos em pontes do município de Mariana em Minas Gerais. Mas é em 1924, com a necessidade de calçamento na cidade de São Paulo, que o Poder Público local a cria leis que já apresentavam indícios da institucionalização da contribuição de melhoria.

Na Constituição, ela aparece como alternativa em 1934, sendo exigido a valorização do imóvel em consequência a realização de obra pública. Em 1937, na Constituição Federal, tem-se a impressão de que tinha se alterado para taxa, mas decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1943 torna genuína a contribuição de melhoria. Em 1946 volta a ser mencionada, tratando dos limites de cobrança. Na Constituição de 1988 se tratou do tema de forma insuficiente, não mencionando limites e nem tratando de outros pontos importantes para a devida cobrança. Estando previsto na Constituição Federal/88 (art. 145, III) e no Código Tributário (arts. 81 e 82) (SABBAG, 2012).

Como apresenta o art. 3º do Decreto de Lei 195/67:

Art. 3º A Contribuição de Melhoria a ser exigida pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios para fazer face ao custo das obras públicas, será cobrada pela Unidade Administrativa que as realizar, (...).

É de competência comum dos Entes Federativos o uso deste recurso que se dá por meio do art. 82. Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 82. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:

I - publicação prévia dos seguintes elementos:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento do custo da obra;

c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

d) delimitação da zona beneficiada;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

II - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere a alínea c, do inciso I, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Como observou, os limites de cobrança da contribuição não estão bem definidos, podendo ter um limite global, que se refere ao custo total da obra e, o limite individual em que a administração pública parte da análise da valorização imobiliária que o indivíduo teve (SABBAG, 2012, p. 464). Ainda deve-se atentar ao fato que no limite global é estimado pelo teto da obra como forma de prevenir o enriquecimento ilícito do Estado. Assim, nas palavras de Hugo de Brito Machado:

(...), a especificidade da contribuição de melhoria reside em ser ela um instrumento pelo qual se retira do proprietário do imóvel a vantagem adicional que ele, individualmente, auferiu com a realização da obra pública, ou retira dele, pelo menos, o equivalente ao custo da obra pública respectiva (2010, p 463).

Dentro desta lógica, Geraldo Ataliba (2004, p 176) expõem motivos que justificam a cobrança da contribuição de melhoria apontando que “a comunidade que custeou a obra é que deve ficar com a expressão financeira desse proveito”. Dentre as justificativas do uso desta cobrança estão:

Razões financeiras o impõem: a necessidade de recurso com que enfrentar outras, ou a própria obra. Razões econômicas o recomendam: desestimular a especulação imobiliária que se alimenta da esperança de valorização, pela simples posse prolongada (...). Razões políticas o exigem: devolver a coletividade os benefícios e frutos de sua ação e não premiar a inércia, a improdutividade dos que adquirem imóveis por preço baixo, para aguardar sua valorização por efeito do progresso comunitário, expansão urbana e realização de obras públicas. Razões de equidade o reclamam: que as obras de utilidade

geral sejam custeadas por todos; as de utilidade restrita o sejam por aqueles que dela extraíam proveito e as que reúnem os dois requisitos sejam custeadas proporcionalmente pela comunidade e pelos beneficiários. (...) Por último, são também razões éticas que exigem a eficácia da contribuição de melhoria: banir o enriquecimento sem causa de alguns, à custa de todos (2004, p 176).

Outro motivo que justifica a cobrança da contribuição de melhoria é a redução do *rent-seeking*. Este pode ser entendido como a prática de determinados grupos que buscam de algum modo obter alguma vantagem para si ou para outros através do aparelho estatal. Segundo Prado (s.d.) “esses grupos ampliam suas “rendas” de forma injustificada, isto é, aumentam seus ganhos sem trazer qualquer contrapartida à sociedade.”

O *rent-seeking* pode se efetivar por meio de vantagens como direito de monopólio, isenção, políticas restritivas, entre outras formas que caracterizem privilégios a um determinado grupo. Deste modo, a prática do *rent-seeking* estimula à ineficiência e acaba por desestimular qualquer forma de melhoria de serviços prestados a sociedade, pois seu objetivo é ter privilégios e, como consequência, ocorre a perda de bem-estar social.

Como a contribuição de melhoria prevê banir o enriquecimento ilícito, e faz retornar aos cofres parte ou todo o custo da obra, a depender das variáveis em questão, essa prática de corrupção ou de suborno sobre os agentes públicos como forma de garantir privilégios tende a ser combatida, pois ao fim da obra tais agentes terão de restituir o ente federativo que executou o projeto.

Para Neto (2001, p 10), a forma como uma sociedade está estruturada, seus valores e regras, também influenciam no comportamento dos agentes. As sociedades que alcançam grandes níveis de desenvolvimento institucional fazem pesar os interesses coletivos acima de privilégios e outros interesses individuais. Assim, o uso frequente da contribuição de melhoria prevê dois pontos positivos, em primeiro a redução do uso de recursos em benefício de obras para pequenos grupos de interesse, e em segundo, o montante que retorna aos cofres pode ser utilizado em ações que aumentem o bem-estar de toda a sociedade.

Isto posto, o argumento utilizado por Amartya Sen (1999) referente à provisão de serviços públicos por parte do Estado encontra base para ser empregado. Para o autor, os países não necessitam aguardar até que o nível de renda se eleve. Serviços como saúde e educação básica, que melhoram a qualidade de vida dos indivíduos, podem ser efetuados nas economias do terceiro mundo.

Nesse sentido, “a qualidade de vida pode ser em muito melhorada, a despeito dos baixos níveis de renda, mediante um programa adequado de serviços sociais” (SEN, 1999, p 71).

Diante do exposto, a contribuição de melhoria tem um papel fundamental ao fazer retornar aos cofres públicos recursos que beneficiaram pequenos grupos de uma dada sociedade, proporcionando que o ônus fiscal seja de fato utilizado por ações que beneficiem a todos.

Porém, o quanto retorna aos cofres públicos ainda é muito pouco, segundo dados o Tesouro Nacional, de 2001 a 2013, apenas sete estados brasileiros apresentaram valores referentes ao tributo em observação.

QUADRO 1 - Arrecadação a nível Estadual no período entre 2001 e 2013 referente a Contribuição de Melhoria.

ANO	AL	MG	MT	SC	SE	SP	TO	Total dos Estados*
2001	-	-	-	-	-	557,79	-	557,79
2002	-	-	-	-	-	1.016,99	-	1.016,99
2003	27,80	-	-	-	-	670,84	-	698,64
2004	-	-	-	-	-	314,82	-	314,82
2005	5.528,35	-	-	-	-	12.118,24	62,10	17.708,69
2006	-	-	-	-	-	3.623,58	-	3.623,58
2007	144,20	-	113,06	-	-	3.787,97	-	4.045,23
2008	338,74	-	30,70	-	-	2.434,41	-	2.803,85
2009	1.068,03	-	-	21,00	-	2.141,57	-	3.230,60
2010	205,99	-	-	15,45	-	1.286,68	-	1.508,12
2011	694,53	36,03	-	26,51	4.050,35	-	-	4.807,42
2012	708,77	376,54	-	-	8.689,66	-	-	9.774,97
2013	-	-	101,88	-	-	11.849,43	-	11.951,31

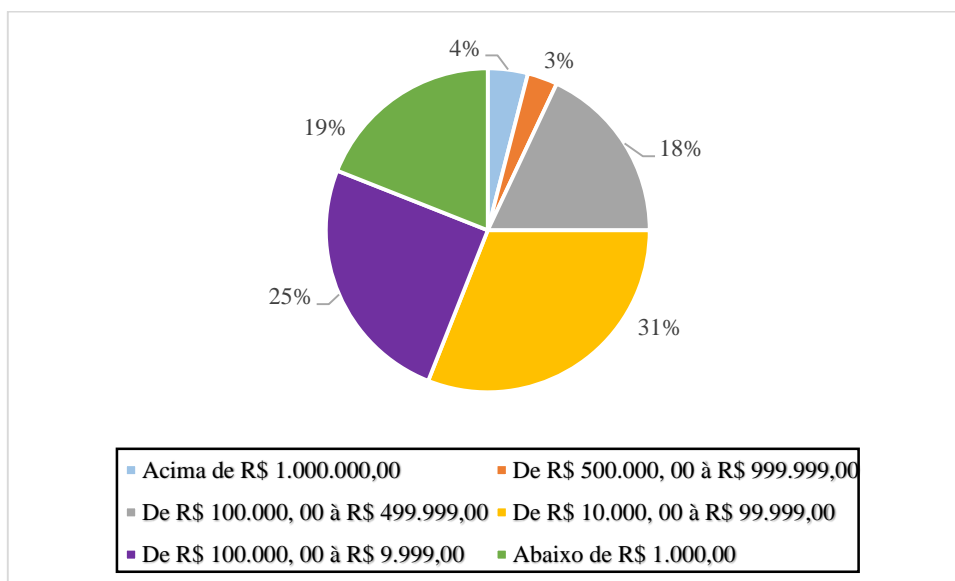
Fonte: Tesouro Nacional. Elaborado pela autora.

Legenda: AL – Alagoas, MG – Minas Gerais, MT – Mato Grosso, SC – Santa Catarina, SE – Sergipe, SP – São Paulo, TO – Tocantins. * Os valores estão representados em R\$ 1,00

Dos municípios³ que fazem uso do referido tributo, estes totalizam menos de 20%, mas, alguns apresentam valores menores que R\$ 100,00, o que representa valores irrisórios diante do potencial de arrecadação deste instrumento.

³ Vide Anexo.

GRÁFICO 1: Arrecadação a nível municipal no ano de 2015 referente a Contribuição de Melhoria.



Ainda no tocante aos benefícios que a instituição da contribuição de melhoria pode trazer a sociedade, está em seu Decreto-Lei, em que apresenta:

Art. 16. Do produto de arrecadação de Contribuição de Melhorias, nas áreas prioritárias para a Reforma Agrária, cobrado pela União e prevista como integrante do Fundo Nacional de Reforma Agrária (art. 28, I, da Lei nº 4.504, de 30-11-64), o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, destinará importância idêntica a recolhida, para ser aplicada em novas obras e projetos de Reforma Agrária pelo mesmo órgão que realizou as obras públicas do que decorreu a contribuição.

Como expõe Cruz et al (2016), durante as décadas de 70 e início dos anos 80, o debate sobre a reforma agrária ganhou expressividade, além de novas reivindicações como políticas de preço e crédito rural, emerge uma nova face do desenvolvimento a qual visava “justamente alterar o padrão de ocupação da propriedade da terra no meio rural, transformando igualmente as relações de trabalho e produção” (p 111).

Como podemos observar, a contribuição de melhoria é um tributo que tem em sua origem questões ligadas à justiça social, podendo este servir como um instrumento no processo de desenvolvimento. Dentro da literatura autores, expressam argumentos em que apresentam resultado contrário e dados do Tesouro Nacional, em anexo, apresentam o baixo nível de arrecadação através deste tributo. Na seção seguinte tais argumentos estão expostos.

3.2.3 Motivos que restringem o uso efetivo da contribuição de melhoria no Brasil

Para Carlos Araújo Leonetti (2000), a contribuição de melhoria é “acertadamente, o tributo mais justo que há” e, tanto para o referido autor, como para Hugo de Brito Machado (2010), este tributo é muito pouco utilizado no Brasil, por razões de incerteza sobre os parâmetros a serem utilizados em sua execução e, razões de ordem política e culturais. Como apresentado por Carmo (2018, p. 15), são vários os motivos que restringem o uso efetivo da contribuição de melhoria, como identificação de imóveis beneficiados, falta de interesse público e outros impasses relacionados a interpretação e execução do tributo em questão.

Para os autores, os cidadãos brasileiros têm a convicção de que obras públicas devem ser custeadas integralmente pelo Estado, o que de modo algum exime dos políticos e das instituições públicas sua parcela de responsabilidade diante dos fatos. Para a instituição da contribuição de melhoria se faz necessário a publicação do orçamento da obra, que pode ser contestada por qualquer um dos contribuintes.

Como expõem Hugo de Brito Machado (2010), a transparência do processo não é de interesse dos políticos, e que diante da possibilidade de obter para si ou para pessoas próximas alguma forma de proveito, este o fará. Desta forma, o fim a que se destina a contribuição de melhoria, suspenderia o propósito a que se destina este tributo.

Gomide (2009), em seu trabalho “A aplicabilidade da contribuição de melhoria pela administração pública municipal”, realizou um projeto de pesquisa com os gestores municipais de mesorregião da Zona da Mata Mineira, entrevistando indivíduos entre prefeitos e outros responsáveis por secretárias.

Dos resultados encontrados, ela observou que o fator da complexidade no entendimento da orientação legislativa é um dos entraves da sua não utilização. Os entrevistados apontam confusão sobre a forma de determinar a cobrança. Para Gomide (2009), “a dificuldade na determinação e avaliação advém, também, da falta de pessoal preparado para a realização de tais procedimentos” (p 70).

Ainda há outros apontamentos feitos pela autora, que observou que alguns gestores não utilizavam a contribuição de melhoria por questões ligadas à política. Para os entrevistados, ao aplicar tal tributo estariam adotando uma atitude anti-política, antipática, podendo estes serem malvistas por seu eleitorado.

Carlos Araújo Leonetti (2000), expõe que antes de mais nada, é necessário rever a legislação, para que se possa delimitar regras mais claras e práticas para sua execução, trabalhando paralelamente a questão da confiança⁴ entre as partes, “segurança jurídica (do contribuinte) com o poder-dever, de o Estado de tributar” (p 120). O autor ainda ressalta o potencial deste tributo como um instrumento importante num país como o Brasil onde há “desníveis sociais e econômicos e cujo sistema tributário ainda apresenta altos níveis de regressividade” (p 120).

Um breve levantamento no banco de dados do Tesouro Nacional apresenta as informações sobre o volume arrecadado pelos entes federativos e, mostra que cerca de 20% (957) dos municípios brasileiros utilizam tal instrumento. Porém, o valor retornado ainda é pequeno e os valores expressos são mínimos. Para os Estados brasileiros também se observa o desuso, apenas sete dos vinte e seis estados mais o Distrito Federal, fazem uso a nível estadual do referido tributo, sendo o Estado de São Paulo o que empregou onze dos treze anos observados.

Por fim, nos dizeres de Geraldo Ataliba (2004):

Os recursos financeiros provenientes da arrecadação da contribuição de melhoria, em países em fase de desenvolvimento, permitem atenuação da carga de impostos e realismo na alíquota de taxas, incrementando as finanças públicas e desembaraçando a economia privada. Muitas obras públicas podem ser alimentadas preponderantemente por recursos específicos oriundos desse tributo. Sua presença num sistema tributário, torna-o mais equânime, porque permite mais igualitária repartição das cargas tributárias.

No Brasil, embora previsto em abundante legislação e até mesmo em textos constitucionais, jamais conheceu eficiente e adequada aplicação. Salvo algumas tentativas antológicas, é mera peça de museu. Há enorme resistência à sua implantação, baseada em preconceituosas objeções de toda ordem (p 172).

Ainda entre os motivos que restringem o uso da contribuição de melhoria há questões ligadas a forma desta cobrança, caso se faça antes do início da obra, pode ocorrer atrasos ou ainda a referida obra nem sair do papel. Em outros casos os valores que serão cobrados são baixos e não compensaria ao Estado executar uma ação judicial para recolher tais tributos, pois os custos da ação seriam maiores. Outro motivo é a troca de gestão entre diferentes mandatos,

⁴ Como apresenta Amartya Sen (1999), dentre as liberdades instrumentais que contribuem, direta ou indiretamente, para a liberdade global das pessoas, estão as *garantias de transparência*. Se referindo a confiança entre os indivíduos, tendo um papel importante como inibidor de práticas de corrupção, de irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.

as obras podem começar com um e o termino ocorria apenas no seguinte, mostrando que não há uma continuidade entre os planos de governos.

Por fim, as áreas que mais necessitam de obras públicas são as mais carentes e a questão que permanece é como executar a referida cobrança dos indivíduos que já vivem à margem da sociedade. Observamos que são muitas as questões que implicam na não utilização do referido tributo, questões políticas, sociais, culturais, mas isto mostra o quando ainda precisamos progredir como sociedade e de uma reestruturação da nossa consciência social colocando os interesses coletivos acima dos individuais.

4 CONCLUSÃO

Por motivos de delimitação de pesquisa, este trabalho se baseou nos debates constantes na literatura e, se acreditou nos argumentos aqui expostos. As mazelas que permeiam nosso país precisam ser tratadas dando ênfase nas questões ligadas intimamente a nossa realidade e contextos sociais, políticos e culturais. Diante disso, a abordagem de Amartya Sen traz um novo olhar referente ao desenvolvimento, deixando para traz teorias com indicadores meramente monetários.

Deste modo, fica claro que não podemos adotar os mesmos modelos e parâmetros de contextos tão divergentes do nosso. Assim o IPM nos permite avaliar com maior exatidão nossas deficiências e quais medidas devemos adotar para mudar as condições em que vivemos. A aplicação da contribuição de melhoria é uma forma de que o Estado forneça oportunidades iguais a todos os indivíduos de uma sociedade.

Dentro desta perspectiva, na busca pelo processo de desenvolvimento, e dos gastos públicos com oportunidades sociais (educação, saúde, etc.), é que se procura instrumentos que possam auxiliar ao longo do processo. Amartya Sen traz para o debate do desenvolvimento a teoria das capacitações, e descreve o papel das instituições e do Estado nessa caminhada.

Percebemos que o uso da contribuição de melhoria, ainda que com algumas lacunas, tem em seu processo a transparência de sua cobrança, mas como salienta Machado (2010) há um desuso deste instrumento uma vez que a publicação de projetos de obras públicas acessíveis à toda sociedade não é de interesse de administradores ruins. Ainda há problemas conhecidos como obras superfaturadas e desvios de verbas que, em certa medida, formam barreiras até mesmo para os cidadãos aceitarem a cobrança de mais um mecanismo tributário.

Um outro obstáculo na cobrança e instituição da contribuição de melhoria reside no fato de que as regiões que mais demandam por obras públicas de melhoramento, são as mais carentes e o ônus fiscal pode gerar resistência dos moradores no pagamento. Outras dificuldades residem no fato de identificar quais os imóveis serão beneficiados e quais os parâmetros a serem utilizados.

De fato, as obras públicas não atingem igualmente a todos os indivíduos de uma sociedade, mas é preciso mensurar quais tem um maior impacto e que possuem potencial de alterar a estrutura da sociedade, tal como a educação. A criação de uma escola pode trazer benefício a um bairro de um município, mas o seu impacto não fica restrito a essa região, todo o coletivo ganha por ter cidadãos com maior nível de conhecimento e que futuramente podem auxiliar a na construção de nova estrutura social.

Com a Teoria das Capacidades de Amartya Sen percebemos como a atuação do Estado proporcionando ao indivíduo os meios, ou os instrumentos necessários, trazem benefícios coletivos, sendo neste sentido que devemos atuar. Apontando falhas do nosso sistema nas mais diferentes esferas da nossa estrutura social aperfeiçoando cada uma delas, pois o desenvolvimento não é uma receita pronta que serve igual a todas as nações.

Por fim, espera-se que políticos, gestores, e até os cidadãos, se atentem ao instrumental que já possuímos, e que se amplie o olhar sobre o processo de desenvolvimento, não tendo uma perspectiva negativa sobre o papel dos tributos e das instituições públicas, expandindo o potencial sobre as capacitações na busca por níveis melhores de qualidade de vida, colocando o interesse coletivo acima de dos individuais.

REFERÊNCIAS

- ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 209 p.
- BARROS, Alexandre Rands. Desigualdades Regionais e Desenvolvimento Econômico. In: VELOSO, Fernando et al. (Org.). **Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 15, p. 426-346.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- _____. Decreto-Lei n. 195, de 23 de jun. de 1967. DECRETO-LEI Nº 195, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967. **Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria**. Brasília, p. 1-1, fev. 1967.
- _____. Lei n. 5.172, de 26 de out. de 1966. Código Tributário Nacional. **Art. 82**. Brasília, p. 1-1, out. 1966.
- BRASÍLIA. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Contabilidade Pública**. Disponível em < <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/contabilidade> > Acesso em 15 nov. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O CONCEITO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Fundação Getúlio Vargas**, [S.L], v. 2, p. 24, mar. 20.
- CARDONA, Juan Camilo de los Ríos; FREITAS, Tanise Dias; NIEDERLE, Paulo André. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). Hirschman e a economia do desenvolvimento. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2016. Cap. 4.
- CARMO, Aendria de Souza do. **CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: TRIBUTO JUSTO E POUCO APLICADO, MAS VALIOSO AOS FUNDAMENTOS E OBJETIVOS CONSTITUCIONAIS**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4ab209885a134d73>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- CARVALHO, Ronaldo Adriano de; KAMIMURA, Quesia Postigo; QUINTAIROS, Paulo César Ribeiro. THE 4TH INTERNATIONAL CONGRESS ON UNIVERSITY-INDUSTRY COOPERATION, 4., 2012, Taubate, SP. O REFLEXO DA CARGA TRIBUTÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS. Taubaté, SP: [s.n.], 2012. 11 p.
- CARUSO, Cíntia de Oliveira; NIEDERLE, Paulo André; PIVOTO, Diesson. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). Schumpeter e a teoria do desenvolvimento econômico. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2016. Cap. 2.

CASSOL, Abel; CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; FREITAS, Tanise Dias; NIEDERLE, Paulo André. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). *Sen e o desenvolvimento como liberdade*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2016a. Cap. 5.

CASSOL, Abel; NIEDERLE, Paulo André. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). *Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento latino-americano*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2016b. Cap. 3.

CASTRO, Aldo Aranha de; RIBEIRO, Maria de Fátima. **POLÍTICAS PÚBLICAS TRIBUTÁRIAS, DESENVOLVIMENTO E CRISE ECONÔMICA**. [s.d.]. p 20.

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves; SOUZA, Dércio Bernardes de. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). *Rostow e os estágios para o desenvolvimento*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2016b. Cap. 1.

CRUZ, Mailane Junkes Raizer da; CORDONA, Juan Camilo de los Ríos; RADOMSKY, Guilherme F. W.; VENDRUSCOLO, Rafaela. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). *Desenvolvimento Rural: Do agrícola ao territorial*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2016b. Cap. 10.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. **PARA ALÉM DA RENDA: UMA ANÁLISE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v. 31, n. 92, p.1-21, out. 2016.

GOMIDE, TAINÁ RODRIGUES. **A APLICABILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**. 2009. 131 f. Monografia (Programa de Pós-Graduação em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, VIÇOSA, MG, 2009.

GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana. **Princípio da Eficiência Econômico-Social no Direito Brasileiro**: a tomada de decisão normativo-judicial. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v35n68p261>> Acessado em 03 out. 2018

FRISCHAK, Cláudio. **Infraestrutura e Desenvolvimento no Brasil**. In: VELOSO, Fernando et al. (Org.). **Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 11, p. 322-346.

LEONETTI, Carlos Araújo. **A Contribuição de Melhoria na Constituição de 1988**. 1 ed. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 127 p.

LINS, Luiza Cristina de Oliveira. **O pensamento de Celso Furtado**: Uma análise do (Sub) Desenvolvimento - Produtividade, Acumulação e Distribuição de Renda. 2008. p 31-35, Monografia (Especialização em Pensamento Político Brasileiro) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2454/Lins_Luiza_Cristina_de_Oliveira.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MACHADO, Hugo De Brito. **Curso de direito tributário**. 31 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010. 574 p.

NABAIS, José Casalta. A face oculta dos direitos fundamentais: os deveres e os custos dos direitos. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 20, p. 1-24, out. 2007. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15184-15185-1-PB.pdf>> Acesso em 11 nov. 2018

NETO, MARIO PRESTES MONZONI. CAÇADORES DE RENDA: Uma Investigação sobre a Teoria do Rent Seeking. 2001. 1 - 15 p. Monografia (Curso de Mestrado em Administração Pública e Governo) - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, São Paulo, 2001.

PRADO, Alfredo Marcos do. Modelos de administração pública e o rent seeking. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14220>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 4 eds. São Paulo: Saraiva, 2012. Cap. 16, p 447 – 471.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 461 p. Tradução: Laura Teixeira Motta, 4º reimpressão.

ANEXOS

QUADRO 2 - Arrecadação a nível Municipal no ano de 2015 referente a Contribuição de Melhoria.

Municípios	R\$ 1,00
Abaeté - MG	R\$ 175.372,58
Abelardo Luz - SC	R\$ 382,79
Açailândia - MA	R\$ 534.296,75
Afonso Cunha - MA	R\$ 12.763,27
Agrolândia - SC	R\$ 4.965,89
Agronômica - SC	R\$ 75.426,75
Água Boa - MT	R\$ 57.230,81
Água Doce - SC	R\$ 497,00
Água Doce do Norte - ES	R\$ 43.983,90
Águas da Prata - SP	R\$ 127,05
Águas Frias - SC	R\$ 9.546,56
Aimorés - MG	R\$ 11.232,18
Ajuricaba - RS	R\$ 505,01
Alcântara - MA	R\$ 654.345,98
Alcântaras - CE	R\$ 1.514,58
Alecrim - RS	R\$ 740,47
Alegre - ES	R\$ 1.952.610,65
Alegria - RS	R\$ 26.278,70
Alegria - RS	R\$ 1.229,70
Alfenas - MG	R\$ 150.520,95
Almeirim - PA	R\$ 377.278,54
Almirante Tamandaré - PR	R\$ 8.951,03
Alpinópolis - MG	R\$ 1.803,21
Altamira do Maranhão - MA	R\$ 7.005,19
Altinópolis - SP	R\$ 349.833,33
Alto Alegre do Pindaré - MA	R\$ 405.937,11
Alto Caparaó - MG	R\$ 80.238,52
Alto Feliz - RS	R\$ 40.404,61
Alto Feliz - RS	R\$ 2.940,79
Alto Paraíso - PR	R\$ 14.727,15
Alto Paraíso de Goiás - GO	R\$ 56.265,33
Alto Paraná - PR	R\$ 18.148,92
Alto Paraná - PR	R\$ 3.121,05
Altônia - PR	R\$ 3.453,40
Altônia - PR	R\$ 36,20
Alvarães - AM	R\$ 31.282,79
Alvarenga - MG	R\$ 13.615,61

Municípios	R\$ 1,00
Lagoão - RS	R\$ 1.080,60
Lapa - PR	R\$ 36,50
Laranjal Paulista - SP	R\$ 115.398,96
Laranjeiras - SE	R\$ 9.113,04
Laranjeiras do Sul - PR	R\$ 1,92
Leme - SP	R\$ 1.480,15
Lençóis Paulista - SP	R\$ 3.804,93
Limeira - SP	R\$ 6.202,42
Limeira - SP	R\$ 27,56
Limoeiro de Anadia - AL	R\$ 108.510,88
Lindolfo Collor - RS	R\$ 56.141,25
Linha Nova - RS	R\$ 7.511,19
Loanda - PR	R\$ 1.085.099,83
Loanda - PR	R\$ 981.422,58
Londrina - PR	R\$ 9.091,23
Lorena - SP	R\$ 2.667.345,19
Lucas do Rio Verde - MT	R\$ 291.964,73
Lucas do Rio Verde - MT	R\$ 93.126,49
Lucrécia - RN	R\$ 654,25
Luzerna - SC	R\$ 120,51
Machadinho - RS	R\$ 30.407,30
Machado - MG	R\$ 333.073,33
Mafra - SC	R\$ 61,73
Magalhães de Almeida - MA	R\$ 54,72
Magé - RJ	R\$ 276.344,85
Manacapuru - AM	R\$ 861.606,48
Mandaguaçu - PR	R\$ 291.647,15
Manduri - SP	R\$ 15,00
Manicoré - AM	R\$ 261.357,36
Manoel Ribas - PR	R\$ 25.792,16
Manoel Viana - RS	R\$ 1.456,68
Maraã - AM	R\$ 6.187,16
Maracás - BA	R\$ 10.000,00
Marau - RS	R\$ 5.750,08
Marau - RS	R\$ 2.399,06
Maravilha - SC	R\$ 151.509,52
Marcelândia - MT	R\$ 6.521,03

Continua...

Álvares Machado - SP	R\$ 3.964,85
Alvorada - RS	R\$ 9.726,95
Americana - SP	R\$ 161.493,22
Américo Brasiliense - SP	R\$ 27,06
Andradina - SP	R\$ 312.796,58
Antônio Prado - RS	R\$ 338,58
Aparecida - SP	R\$ 848.599,11
Aparecida de Goiânia - GO	R\$ 1.965,94
Apiacá - ES	R\$ 3.479,19
Apucarana - PR	R\$ 389.507,22
Araguaçu - TO	R\$ 10.079,04
Araguaiana - MT	R\$ 44,09
Araguari - MG	R\$ 19.770,18
Arambaré - RS	R\$ 1.738,80
Arame - MA	R\$ 4.851,73
Arapongas - PR	R\$ 455,21
Arapoti - PR	R\$ 16.835,95
Araquari - SC	R\$ 40.476,61
Araquari - SC	R\$ 274,23
Araranguá - SC	R\$ 18.172,60
Araraquara - SP	R\$ 12.625,98
Araricá - RS	R\$ 21,12
Araripina - PE	R\$ 1.012.581,18
Araruna - PR	R\$ 4.798,12
Arceburgo - MG	R\$ 788,67
Ariquemes - RO	R\$ 366,04
Ariranha - SP	R\$ 1.070,10
Arroio do Meio - RS	R\$ 13.341,19
Arroio do Tigre - RS	R\$ 5.945,06
Arroio dos Ratos - RS	R\$ 6.306,78
Arroio Trinta - SC	R\$ 171.629,97
Artur Nogueira - SP	R\$ 429.978,49
Ascurra - SC	R\$ 82.665,78
Assaré - CE	R\$ 12.720,00
Assis - SP	R\$ 3.574,95
Assis Chateaubriand - PR	R\$ 102.617,97
Astorga - PR	R\$ 4.444,22
Atalaia - PR	R\$ 53.600,35
Atalaia - PR	R\$ 24,06
Atibaia - SP	R\$ 879.000,92
Augusto Pestana - RS	R\$ 114.499,08
Augusto Pestana - RS	R\$ 8.889,96

Marechal Cândido Rondon - PR	R\$ 183.425,74
Marechal Cândido Rondon - PR	R\$ 16.374,87
Marechal Thaumaturgo - AC	R\$ 55.407,98
Marília - SP	R\$ 2.309.709,52
Marília - SP	R\$ 2.950,24
Mariluz - PR	R\$ 1.024.480,51
Mariluz - PR	R\$ 799.048,94
Maringá - PR	R\$ 4.205.064,03
Maringá - PR	R\$ 1.256.282,73
Marinópolis - SP	R\$ 57.959,88
Maripá - PR	R\$ 108.178,24
Marituba - PA	R\$ 1.727.393,84
Martins Soares - MG	R\$ 4.108,37
Marumbi - PR	R\$ 133.022,41
Marumbi - PR	R\$ 915,00
Massaranduba - SC	R\$ 182.654,92
Mato Leitão - RS	R\$ 56.432,26
Mato Queimado - RS	R\$ 7.852,58
Matupá - MT	R\$ 4.922,91
Mauá - SP	R\$ 13.570,24
Medianeira - PR	R\$ 115.579,03
Meleiro - SC	R\$ 2.063,00
Mendes Pimentel - MG	R\$ 2.875,30
Mercedes - PR	R\$ 70.830,75
Mercês - MG	R\$ 14.136,09
Mineiros - GO	R\$ 206.644,84
Miradouro - MG	R\$ 11.351,13
Mirante da Serra - RO	R\$ 928,15
Missal - PR	R\$ 61.086,81
Modelo - SC	R\$ 49.022,84
Modelo - SC	R\$ 27.133,76
Mogi das Cruzes - SP	R\$ 7.304.457,63
Mogi Guaçu - SP	R\$ 2.825,98
Mogi Mirim - SP	R\$ 19.028,36
Mongaguá - SP	R\$ 875.512,73
Montauri - RS	R\$ 101.395,78
Monte Alto - SP	R\$ 3.708,21
Monte Belo do Sul - RS	R\$ 2.078,33
Monte Mor - SP	R\$ 62.208,12
Monteiro - PB	R\$ 0,55
Moreira Sales - PR	R\$ 94.193,03
Moreira Sales - PR	R\$ 87,65

Continua...

Áurea - RS	R\$ 190.111,80
Avaré - SP	R\$ 54,73
Balneário Barra do Sul - SC	R\$ 119.735,30
Balneário Barra do Sul - SC	R\$ 3.391,00
Balneário Piçarras - SC	R\$ 28.821,59
Bálsamo - SP	R\$ 83.991,44
Balsas - MA	R\$ 241.631,37
Bananal - SP	R\$ 34.384,38
Bananeiras - PB	R\$ 351.256,96
Barão - RS	R\$ 13.155,33
Barão de Cotegipe - RS	R\$ 88.442,60
Barão de Grajaú - MA	R\$ 209,15
Barra do Bugres - MT	R\$ 49,90
Barra Velha - SC	R\$ 59.641,34
Barra Velha - SC	R\$ 3.387,17
Barracão - RS	R\$ 72.579,38
Barretos - SP	R\$ 4.179,17
Bataguassu - MS	R\$ 317,50
Batalha - AL	R\$ 285.775,88
Batatais - SP	R\$ 26,31
Bauru - SP	R\$ 12.066,57
Bela Vista do Maranhão - MA	R\$ 39.959,84
Belágua - MA	R\$ 35.689,10
Belém do Brejo do Cruz - PB	R\$ 69.764,04
Belém do São Francisco - PE	R\$ 206.040,94
Belmonte - SC	R\$ 5.982,70
Benedito Novo - SC	R\$ 60.833,34
Bento Gonçalves - RS	R\$ 1.146,79
Bento Gonçalves - RS	R\$ 8,24
Bernardino de Campos - SP	R\$ 33.343,09
Bilac - SP	R\$ 941,49
Biquinhas - MG	R\$ 77.901,18
Birigui - SP	R\$ 723.816,49
Biritiba-Mirim - SP	R\$ 101.376,03
Blumenau - SC	R\$ 22.582,92
Blumenau - SC	R\$ 34,10
Boa Esperança - MG	R\$ 72.028,37
Boa Esperança - MG	R\$ 5.023,39
Boa Vista do Buricá - RS	R\$ 92.922,83
Boa Vista do Cadeado - RS	R\$ 8.685,85
Boa Vista do Sul - RS	R\$ 1.128,08
Bodó - RN	R\$ 4.000,00

Mormaço - RS	R\$ 6.551,16
Morro da Garça - MG	R\$ 96.500,84
Morro Reuter - RS	R\$ 13.648,36
Mossâmedes - GO	R\$ 1.659.249,21
Motuca - SP	R\$ 566,59
Muitos Capões - RS	R\$ 14.681,52
Mutunópolis - GO	R\$ 110.145,41
Não-Me-Toque - RS	R\$ 110.148,22
Não-Me-Toque - RS	-R\$ 13,70
Natal - RN	R\$ 57.588,55
Navegantes - SC	R\$ 162.361,03
Nerópolis - GO	R\$ 76.311,74
Nhamundá - AM	R\$ 185.925,85
Nonoai - RS	R\$ 115.115,36
Nova Andradina - MS	R\$ 394.535,97
Nova Bassano - RS	R\$ 2.520,26
Nova Brasilândia - MT	R\$ 78.517,82
Nova Bréscia - RS	R\$ 14.333,39
Nova Candelária - RS	R\$ 129.515,20
Nova Fátima - PR	R\$ 3.388,96
Nova Guarita - MT	R\$ 16.299,89
Nova Independência - SP	R\$ 26.298,43
Nova Londrina - PR	R\$ 29.119,54
Nova Mutum - MT	R\$ 74.124,01
Nova Odessa - SP	R\$ 1.220,10
Nova Olímpia - PR	R\$ 18.816,04
Nova Santa Rosa - PR	R\$ 40.842,47
Nova Ubiratã - MT	R\$ 561,00
Nova Venécia - ES	R\$ 8.420,43
Nova Veneza - SC	R\$ 131.097,49
Novo Mundo - MT	R\$ 65.787,77
Orocó - PE	R\$ 122.393,73
Osório - RS	R\$ 1.942.647,11
Otacílio Costa - SC	R\$ 80.314,37
Ourinhos - SP	R\$ 59.165,56
Ouro - SC	R\$ 53.862,42
Ouro Verde do Oeste - PR	R\$ 107.541,76
Paço do Lumiar - MA	R\$ 3.799.543,70
Paiçandu - PR	R\$ 434.574,73
Paim Filho - RS	R\$ 19.645,34
Palestina - SP	R\$ 30.237,37
Palma Sola - SC	R\$ 36.369,45

Continua...

Bom Jesus do Amparo - MG	R\$ 34,66
Bom Jesus do Galho - MG	R\$ 44.492,24
Bom Jesus do Oeste - SC	R\$ 10.153,71
Bom Jesus dos Perdões - SP	R\$ 487.860,56
Bom Princípio - RS	R\$ 105.683,61
Bom Retiro do Sul - RS	R\$ 12.073,03
Bonfinópolis - GO	R\$ 175.251,69
Boqueirão do Leão - RS	R\$ 17.742,43
Braço do Trombudo - SC	R\$ 42.550,41
Brasilândia de Minas - MG	R\$ 8,00
Brejinho - PE	R\$ 84.236,16
Brejinho de Nazaré - TO	R\$ 45.351,74
Brochier - RS	R\$ 4.314,31
Brodowski - SP	R\$ 566,80
Brotas - SP	R\$ 4.939,92
Brusque - SC	R\$ 4.606,38
Brusque - SC	-R\$ 122,06
Buri - SP	R\$ 75,00
Buriti Bravo - MA	R\$ 1.433,86
Buriti do Tocantins - TO	R\$ 96.221,80
Buritis - MG	R\$ 63.139,42
Buritizal - SP	R\$ 7.483,50
Butiá - RS	R\$ 17.238,09
Caçador - SC	R\$ 1.012.651,02
Caçador - SC	R\$ 36.030,73
Caçapava do Sul - RS	R\$ 1.412,63
Cacoal - RO	R\$ 19.679,28
Caconde - SP	R\$ 176.517,06
Cafelândia - PR	R\$ 14.681,69
Cafezal do Sul - PR	R\$ 67.048,39
Caibaté - RS	R\$ 64.871,03
Caiçara - RS	R\$ 41.749,01
Caicó - RN	R\$ 46.717,27
Califórnia - PR	R\$ 95,84
Camaquã - RS	R\$ 29.102,56
Cambará do Sul - RS	R\$ 386.128,05
Cambé - PR	R\$ 53.255,70
Camboriú - SC	R\$ 27.611,68
Camocim de São Félix - PE	R\$ 30.155,16
Campestre - AL	R\$ 59.596,22
Campina Grande do Sul - PR	R\$ 1.511,92
Campina Grande do Sul - PR	R\$ 2,30

Palmares - PE	R\$ 3.688,24
Palmas - PR	R\$ 18.670,64
Palmeira das Missões - RS	R\$ 117.089,76
Palmital - SP	R\$ 3.973,98
Palmitinho - RS	R\$ 3.138,85
Palmitinho - RS	R\$ 0,97
Palotina - PR	R\$ 155.780,99
Palotina - PR	R\$ 4.539,76
Panambi - RS	R\$ 130.358,79
Paraí - RS	R\$ 10.119,76
Paraí - RS	R\$ 83,91
Paraíso - SC	R\$ 11.795,00
Paraíso do Norte - PR	R\$ 470,87
Paranacity - PR	R\$ 24.104,21
Paranaíba - MS	R\$ 29.589,75
Paranavaí - PR	R\$ 203.503,67
Paraty - RJ	R\$ 656,54
Pareci Novo - RS	R\$ 6.079,65
Parintins - AM	R\$ 2.023.025,47
Passa Sete - RS	R\$ 24.017,79
Paulistana - PI	R\$ 453.174,95
Pavão - MG	R\$ 1.005,87
Paverama - RS	R\$ 21.747,20
Pedra Azul - MG	R\$ 1.239,94
Pedra Grande - RN	R\$ 5.011,23
Pedreira - SP	R\$ 7,50
Pedro Osório - RS	R\$ 68.153,78
Pejuçara - RS	R\$ 176.922,67
Pejuçara - RS	R\$ 25.899,87
Penápolis - SP	R\$ 488.563,34
Pentecoste - CE	R\$ 1.098,54
Perobal - PR	R\$ 76.145,90
Pérola - PR	R\$ 106.382,37
Peruíbe - SP	R\$ 2.211,48
Picada Café - RS	R\$ 1.448,50
Picuí - PB	R\$ 18.751,57
Pimenta - MG	R\$ 31.315,91
Pindamonhangaba - SP	R\$ 553,90
Pinhais - PR	R\$ 2.166.797,32
Pinhais - PR	R\$ 7.843,90
Pinhal Grande - RS	R\$ 127,66
Pinhalzinho - SC	R\$ 406.130,10

Continua...

Campinas - SP	R\$ 679,37
Campinas do Sul - RS	R\$ 190.836,12
Campo Alegre - SC	R\$ 6.862,08
Campo Belo - MG	R\$ 40,50
Campo Florido - MG	R\$ 301.964,26
Campo Grande - MS	R\$ 2.033.666,05
Campo Largo - PR	R\$ 16.146,82
Campo Limpo Paulista - SP	R\$ 16.137,80
Campo Magro - PR	R\$ 808,30
Campo Novo - RS	R\$ 1.401,27
Campo Novo do Parecis - MT	R\$ 254.656,86
Campo Verde - MT	R\$ 431.548,49
Campos Altos - MG	R\$ 43.053,75
Campos do Jordão - SP	R\$ 11.008,94
Campos Gerais - MG	R\$ 380.651,12
Campos Novos - SC	R\$ 228.254,78
Canarana - MT	R\$ 1.483,09
Candelária - RS	R\$ 28.751,30
Candelária - RS	R\$ 1.390,39
Cândido de Abreu - PR	R\$ 10,55
Cândido Godói - RS	R\$ 4.838,02
Candiota - RS	R\$ 229.127,55
Candói - PR	R\$ 134.853,37
Canela - RS	R\$ 41.914,18
Canguçu - RS	R\$ 50.030,75
Canguçu - RS	R\$ 3,28
Canitar - SP	R\$ 3.921,16
Canoas - RS	R\$ 2.365,76
Canoinhas - SC	R\$ 225.361,87
Canoinhas - SC	R\$ 589,45
Cantagalo - PR	R\$ 1.130,91
Cantagalo - PR	R\$ 1.130,91
Cantagalo - RJ	R\$ 87.323,72
Capela do Alto - SP	R\$ 318.104,28
Capinópolis - MG	R\$ 0,53
Capitão - RS	R\$ 553,63
Capitão Andrade - MG	R\$ 1.457,18
Caputira - MG	R\$ 16,00
Caraguatatuba - SP	R\$ 6.319,00
Carambeí - PR	R\$ 731,90
Carapicuíba - SP	R\$ 11.302.107,75
Carazinho - RS	R\$ 13.567,07

Pinhalzinho - SC	R\$ 3.982,30
Pinhão - PR	R\$ 3.803,73
Pinto Bandeira - RS	R\$ 11.614,65
Pio XII - MA	R\$ 676.463,78
Piracicaba - SP	R\$ 1.212.030,69
Pirajuba - MG	R\$ 160.366,38
Pirambu - SE	R\$ 176.345,70
Pirapó - RS	R\$ 23.023,47
Pirapozinho - SP	R\$ 10.275,50
Pitangueiras - PR	R\$ 86,36
Pitangueiras - SP	R\$ 445.329,80
Piúma - ES	R\$ 117.788,19
Poção de Pedras - MA	R\$ 2.170,20
Poço das Antas - RS	R\$ 9.105,99
Pomerode - SC	R\$ 41.902,22
Pomerode - SC	R\$ 947,67
Ponta de Pedras - PA	R\$ 62,50
Ponta Grossa - PR	R\$ 436.198,52
Ponta Grossa - PR	R\$ 1.909,03
Ponte Alta do Norte - SC	R\$ 8.577,83
Ponte Preta - RS	R\$ 13.879,08
Pontes e Lacerda - MT	R\$ 2.225,89
Pontes e Lacerda - MT	R\$ 441,80
Portão - RS	R\$ 4.147,85
Porto Belo - SC	R\$ 58.488,78
Porto Ferreira - SP	R\$ 51.818,72
Porto Ferreira - SP	-R\$ 57.554,57
Porto Seguro - BA	R\$ 51,14
Poté - MG	R\$ 2.018,02
Potim - SP	R\$ 1.081,83
Pouso Redondo - SC	R\$ 789,66
Pradópolis - SP	R\$ 521.019,25
Praia Grande - SP	R\$ 48.145,36
Prata - MG	R\$ 46.747,07
Presidente Alves - SP	R\$ 0,18
Presidente Getúlio - SC	R\$ 272.789,90
Presidente Lucena - RS	R\$ 49.756,81
Presidente Lucena - RS	R\$ 2.153,12
Presidente Venceslau - SP	R\$ 906,51
Primavera do Leste - MT	R\$ 48.617,75
Progresso - RS	R\$ 5.154,00
Promissão - SP	R\$ 159,47

Continua...

Carlos Barbosa - RS	R\$ 913,34
Carmo da Mata - MG	R\$ 683,41
Carmópolis de Minas - MG	R\$ 39.422,39
Carnaíba - PE	R\$ 20.000,00
Casa Branca - SP	R\$ 5.154,24
Cascavel - PR	R\$ 608.830,38
Cascavel - PR	R\$ 135.642,14
Cássia - MG	R\$ 9.546,54
Cassilândia - MS	R\$ 3.316,00
Castanheira - MT	R\$ 158,90
Castanheira - MT	R\$ 52,96
Castelo - ES	R\$ 1.480.277,68
Catalão - GO	R\$ 133.682,51
Catanduva - SP	R\$ 1.100,45
Catanduvas - SC	R\$ 37.818,34
Caturama - BA	R\$ 2.175,00
Centenário - RS	R\$ 2.925,74
Cerro Largo - RS	R\$ 1.763,83
Céu Azul - PR	R\$ 108.970,94
Céu Azul - PR	R\$ 4.088,93
Chapada - RS	R\$ 291.887,80
Chapada - RS	R\$ 58.237,83
Chapadão do Céu - GO	R\$ 72.250,57
Chapadão do Sul - MS	R\$ 9.729,93
Chapecó - SC	R\$ 700.873,87
Charrua - RS	R\$ 40.672,05
Chiapetta - RS	R\$ 7.891,75
Chorozinho - CE	R\$ 319.987,02
Cianorte - PR	R\$ 65.150,18
Cidelândia - MA	R\$ 13.935,42
Ciríaco - RS	R\$ 39.340,47
Claraval - MG	R\$ 82,01
Coari - AM	R\$ 136.235,30
Cocal do Sul - SC	R\$ 441.968,88
Cocal do Sul - SC	R\$ 52.771,68
Colíder - MT	R\$ 23.323,04
Colíder - MT	R\$ 17.706,51
Colina - SP	R\$ 2.555,12
Colinas - MA	R\$ 107,50
Colméia - TO	R\$ 177.940,45
Colombo - PR	R\$ 454.422,36
Colombo - PR	R\$ 218,94

Pugmil - TO	R\$ 53.949,88
Quarto Centenário - PR	R\$ 179,80
Quatro Pontes - PR	R\$ 140.460,55
Quatro Pontes - PR	R\$ 4.178,75
Queimada Nova - PI	R\$ 952,97
Queimadas - PB	R\$ 973.041,26
Queluzito - MG	R\$ 4.982,17
Querência - MT	R\$ 491.040,05
Querência do Norte - PR	R\$ 13.558,13
Quinta do Sol - PR	R\$ 6.107,06
Quitandinha - PR	R\$ 202.251,44
Rebouças - PR	R\$ 1.872,00
Rebouças - PR	R\$ 1.872,00
Regente Feijó - SP	R\$ 115.961,48
Regente Feijó - SP	R\$ 19.333,73
Registro - SP	R\$ 743.692,35
Reserva - PR	R\$ 17.512,95
Restinga Seca - RS	R\$ 10.472,26
Riacho de Santo Antônio - PB	R\$ 89.570,81
Ribeirão - PE	R\$ 1.111.978,61
Ribeirão Bonito - SP	R\$ 9.729,69
Ribeirão Claro - PR	R\$ 8.864,62
Ribeirão Preto - SP	R\$ 36.163,85
Rinópolis - SP	R\$ 454,04
Rio Azul - PR	R\$ 15.427,35
Rio Claro - SP	R\$ 69,65
Rio do Fogo - RN	R\$ 11.840,95
Rio do Oeste - SC	R\$ 9.707,37
Rio do Sul - SC	R\$ 277.840,35
Rio do Sul - SC	R\$ 105.522,21
Rio dos Cedros - SC	R\$ 215,64
Rio dos Índios - RS	R\$ 376,98
Rio Formoso - PE	R\$ 6,00
Rio Maria - PA	R\$ 5.088,32
Rio Negrinho - SC	R\$ 71.206,99
Rio Negrinho - SC	R\$ 1.152,78
Rio Negro - PR	R\$ 107.506,58
Rio Negro - PR	R\$ 376,85
Rio Paranaíba - MG	R\$ 2.015,00
Rio Paranaíba - MG	R\$ 70,00
Rio Pardo - RS	R\$ 696,37
Rio Preto da Eva - AM	R\$ 94.405,42

Continua...

Colorado - PR	R\$ 56.441,89
Coluna - MG	R\$ 180,85
Comodoro - MT	R\$ 44.434,67
Conceição - PB	R\$ 15,50
Conceição do Almeida - BA	R\$ 5.101,63
Conceição do Castelo - ES	R\$ 339.885,51
Conceição do Rio Verde - MG	R\$ 2.965,15
Concórdia - SC	R\$ 944.373,80
Concórdia - SC	R\$ 29.520,35
Condor - RS	R\$ 18.060,19
Congonhal - MG	R\$ 1.252,44
Constantina - RS	R\$ 14.377,61
Constantina - RS	R\$ 516,66
Coqueiro Baixo - RS	R\$ 20.759,97
Coqueiros do Sul - RS	R\$ 3.065,46
Cordeiros - BA	R\$ 3.936,12
Coronel Barros - RS	R\$ 33.383,97
Coronel Barros - RS	R\$ 1.479,31
Coronel Bicaco - RS	R\$ 5.430,23
Correia Pinto - SC	R\$ 8.754,20
Corumbataí - SP	R\$ 63.485,18
Corupá - SC	R\$ 3.845,42
Cosmópolis - SP	R\$ 2.381,39
Costa Rica - MS	R\$ 220,00
Cotiporã - RS	R\$ 7.791,34
Cotriguaçu - MT	R\$ 95.716,95
Coxim - MS	R\$ 27.399,89
Crissiumal - RS	R\$ 6.957,32
Cristais - MG	R\$ 400,94
Cristal - RS	R\$ 1.015,85
Cruz Alta - RS	R\$ 447,36
Cruzeiro do Iguaçu - PR	R\$ 7.402,26
Cruzeiro do Oeste - PR	R\$ 126.619,21
Cruzeiro do Sul - AC	R\$ 9.349,21
Cumaru - PE	R\$ 80.006,02
Cunha Porã - SC	R\$ 10.148,74
Cupira - PE	R\$ 36,00
Curionópolis - PA	R\$ 246,36
Curitibanos - SC	R\$ 363.935,88
Curitibanos - SC	R\$ 4.564,82
Curiúva - PR	R\$ 364,37
David Canabarro - RS	R\$ 1.140,80

Rio Verde - GO	R\$ 546,18
Riozinho - RS	R\$ 186,00
Riqueza - SC	R\$ 38.790,64
Rodeio - SC	R\$ 74.052,51
Rodeio Bonito - RS	R\$ 6.804,95
Rodeiro - MG	R\$ 2.072,50
Rolador - RS	R\$ 286,86
Rolândia - PR	R\$ 0,06
Rolante - RS	R\$ 32.629,94
Romaria - MG	R\$ 3.632,44
Ronda Alta - RS	R\$ 27,67
Rondon - PR	R\$ 369,52
Rondonópolis - MT	R\$ 16.764,85
Roque Gonzales - RS	R\$ 54.378,37
Rosário do Ivaí - PR	R\$ 664,67
Rosário do Ivaí - PR	R\$ 0,98
Sagrada Família - RS	R\$ 433,59
Saldanha Marinho - RS	R\$ 4.484,20
Salete - SC	R\$ 7.535,66
Salto - SP	R\$ 2.304,41
Salto de Pirapora - SP	R\$ 312.236,30
Salto do Jacuí - RS	R\$ 978,57
Salto Veloso - SC	R\$ 9.450,22
Salvador das Missões - RS	R\$ 1.634,51
Salvador do Sul - RS	R\$ 4.566,19
Sandolândia - TO	R\$ 17.936,83
Sanharó - PE	R\$ 542.007,07
Santa Bárbara d'Oeste - SP	R\$ 3.147,56
Santa Clara do Sul - RS	R\$ 55.007,98
Santa Cruz da Conceição - SP	R\$ 182.748,70
Santa Cruz de Monte Castelo - PR	R\$ 3.293,31
Santa Cruz do Sul - RS	R\$ 104.175,92
Santa Cruz do Sul - RS	R\$ 80,86
Santa Fé - PR	R\$ 83.419,07
Santa Fé - PR	R\$ 70.923,72
Santa Fé de Goiás - GO	R\$ 500,00
Santa Isabel - GO	R\$ 8.560,00
Santa Isabel do Ivaí - PR	R\$ 3.354,53
Santa Juliana - MG	R\$ 11.053,73
Santa Luzia - MA	R\$ 456.988,17
Santa Luzia D'Oeste - RO	R\$ 9.202,32
Santa Maria da Boa Vista - PE	R\$ 958.573,96

Continua...

Davinópolis - MA	R\$ 350,00
Descalvado - SP	R\$ 189,46
Descanso - SC	R\$ 40.742,78
Divino - MG	R\$ 2.403,69
Dobrada - SP	R\$ 225,54
Dois Irmãos - RS	R\$ 14.211,44
Dois Irmãos das Missões - RS	R\$ 10.769,98
Dois Vizinhos - PR	R\$ 1.080,00
Dois Vizinhos - PR	R\$ 1.080,00
Dona Emma - SC	R\$ 76.124,62
Douradina - MS	R\$ 31.237,30
Douradina - PR	R\$ 41.400,85
Dourados - MS	R\$ 7.135,88
Doutor Maurício Cardoso - RS	R\$ 59.221,13
Doutor Pedrinho - SC	R\$ 85.967,49
Dumont - SP	R\$ 167.315,34
Elói Mendes - MG	R\$ 37.379,45
Entre Rios do Oeste - PR	R\$ 5.796,89
Erechim - RS	R\$ 590,07
Erval Velho - SC	R\$ 28.894,50
Esmeralda - RS	R\$ 92.785,50
Esperança Nova - PR	R\$ 11.974,69
Estrela - RS	R\$ 116.931,43
Estrela do Norte - GO	R\$ 117.161,63
Estrela d'Oeste - SP	R\$ 176.845,32
Estrela Velha - RS	R\$ 12.986,24
Eugênio de Castro - RS	R\$ 13.709,94
Extrema - MG	R\$ 128.947,34
Fagundes Varela - RS	R\$ 62.682,82
Faria Lemos - MG	R\$ 1.065,00
Fazenda Rio Grande - PR	R\$ 1.398.602,06
Felício dos Santos - MG	R\$ 27.931,22
Fernandes Pinheiro - PR	R\$ 1.341,98
Fernando Falcão - MA	R\$ 82.354,73
Fernandópolis - SP	R\$ 19.901,85
Figueira - PR	R\$ 640,72
Flores da Cunha - RS	R\$ 6,50
Floresta - PR	R\$ 5,00
Floresta - PR	R\$ 5,00
Floriano Peixoto - RS	R\$ 41.296,86
Flórida Paulista - SP	R\$ 30.195,10
Fontoura Xavier - RS	R\$ 24.765,63

Santa Maria da Vitória - BA	R\$ 168.171,17
Santa Maria do Herval - RS	R\$ 86.623,68
Santa Maria Madalena - RJ	R\$ 9,41
Santa Rita - MA	R\$ 343.425,87
Santa Rita do Passa Quatro - SP	R\$ 3.308,37
Santa Rita do Trivelato - MT	R\$ 1.099,86
Santa Rosa - RS	R\$ 96,99
Santa Rosa de Viterbo - SP	R\$ 386,91
Santa Tereza do Oeste - PR	R\$ 14.677,87
Santa Tereza do Oeste - PR	R\$ 11.969,37
Santana da Boa Vista - RS	R\$ 5.029,25
Santana do Itararé - PR	R\$ 804,11
Santiago - RS	R\$ 91.327,90
Santiago - RS	R\$ 248,05
Santo Anastácio - SP	R\$ 13.858,01
Santo André - SP	R\$ 673.050,11
Santo Antônio do Monte - MG	R\$ 14.369,80
Santo Antônio do Palma - RS	R\$ 45.955,26
Santo Expedito do Sul - RS	R\$ 13.618,09
São Bento do Sul - SC	R\$ 3.214,27
São Bernardino - SC	R\$ 10,91
São Borja - RS	R\$ 1.085,91
São Carlos - SP	R\$ 2.928,30
São Carlos do Ivaí - PR	R\$ 64.277,47
São Carlos do Ivaí - PR	R\$ 335.551,99
São Domingos do Maranhão - MA	R\$ 1.187.329,81
São Domingos do Sul - RS	R\$ 11.265,39
São Fernando - RN	R\$ 6.002,42
São Francisco de Goiás - GO	R\$ 25.860,50
São Francisco do Brejão - MA	R\$ 8.742,42
São Gabriel do Oeste - MS	R\$ 0,04
São Gonçalo dos Campos - BA	R\$ 24.336,07
São Jerônimo - RS	R\$ 173,30
São João da Boa Vista - SP	R\$ 183.648,82
São João da Urtiga - RS	R\$ 75.871,95
São João do Oeste - SC	R\$ 30.587,72
São João Evangelista - MG	R\$ 23.000,00
São Jorge - RS	R\$ 4.930,00
São Jorge do Patrocínio - PR	R\$ 17.120,41
São Jorge do Patrocínio - PR	R\$ 30,03
São José - SC	R\$ 22.099.025,78
São José - SC	R\$ 436.710,90

Continua...

Formosa - GO	R\$ 9.476.708,62
Forquilha - SC	R\$ 122.747,52
Fortim - CE	R\$ 462,80
Fraiburgo - SC	R\$ 406.910,10
Fraiburgo - SC	R\$ 1.801,49
Franca - SP	R\$ 94,23
Francisco Beltrão - PR	R\$ 28,40
Frederico Westphalen - RS	R\$ 282.474,53
Frederico Westphalen - RS	R\$ 27.234,62
Gandu - BA	R\$ 499.583,52
Garça - SP	R\$ 8.539,53
Gaúcha do Norte - MT	R\$ 309.723,10
Gavião Peixoto - SP	R\$ 3,00
General Salgado - SP	R\$ 459.568,67
Gentil - RS	R\$ 21.917,46
Getúlio Vargas - RS	R\$ 115.451,56
Glória de Dourados - MS	R\$ 22,93
Goianésia - GO	R\$ 1.978.535,22
Goioerê - PR	R\$ 155.634,35
Goioerê - PR	R\$ 458,81
Governador Archer - MA	R\$ 167.097,47
Graça Aranha - MA	R\$ 1.156,86
Gramado - RS	R\$ 589.378,94
Grão Pará - SC	R\$ 174.020,27
Grão Pará - SC	R\$ 30.832,97
Gravatá - PE	R\$ 2.821,50
Guabiruba - SC	R\$ 15.690,63
Guaiúba - SP	R\$ 49,44
Guanambi - BA	R\$ 2.540.327,87
Guanhães - MG	R\$ 1.515,61
Guapiaçu - SP	R\$ 287.186,40
Guaraciaba - SC	R\$ 62.274,48
Guaraniaçu - PR	R\$ 111,61
Guarapuava - PR	R\$ 278.383,31
Guarapuava - PR	R\$ 162.844,10
Guariba - SP	R\$ 190.046,50
Guataporã - SP	R\$ 69.715,88
Guidoval - MG	R\$ 87.386,70
Gurupi - TO	R\$ 24.926,70
Herval - RS	R\$ 83.255,63
Herval d'Oeste - SC	R\$ 28.056,60
Humaitá - RS	R\$ 3.229,65

São José da Tapera - AL	R\$ 29.196,57
São José do Cedro - SC	R\$ 24.463,09
São José do Divino - MG	R\$ 29.534,46
São José do Herval - RS	R\$ 10.516,26
São José do Hortêncio - RS	R\$ 220.564,08
São José do Rio Preto - SP	R\$ 415,56
São José dos Ausentes - RS	R\$ 138.787,33
São José dos Basílios - MA	R\$ 82.214,37
São José dos Campos - SP	R\$ 906.699,04
São José dos Pinhais - PR	R\$ 32,19
São Lourenço do Sul - RS	R\$ 214.494,25
São Lourenço do Sul - RS	R\$ 7.222,44
São Ludgero - SC	R\$ 215.537,81
São Ludgero - SC	R\$ 0,81
São Mateus do Maranhão - MA	R\$ 356.367,42
São Miguel das Missões - RS	R\$ 46.075,90
São Miguel das Missões - RS	R\$ 7.297,36
São Miguel do Iguaçu - PR	R\$ 87,98
São Nicolau - RS	R\$ 192,01
São Paulo das Missões - RS	R\$ 2.213,93
São Paulo de Olivença - AM	R\$ 14.328,55
São Pedro da Aldeia - RJ	R\$ 246.677,19
São Pedro das Missões - RS	R\$ 283,46
São Pedro do Butiá - RS	R\$ 5.698,76
São Pedro do Iguaçu - PR	R\$ 18.617,03
São Pedro do Sul - RS	R\$ 35.233,41
São Roberto - MA	R\$ 555,84
São Sebastião do Caí - RS	R\$ 203,90
São Sebastião do Paraíso - MG	R\$ 2.836.868,94
São Sepé - RS	R\$ 70.642,00
São Thomé das Letras - MG	R\$ 93.430,64
São Valério do Sul - RS	R\$ 18.099,20
São Valério do Sul - RS	R\$ 9,62
São Vendelino - RS	R\$ 53.605,86
São Vicente - SP	R\$ 168,46
Sapiranga - RS	R\$ 167.646,88
Sapucaia - RJ	R\$ 24.991,87
Sarandi - PR	R\$ 537.232,60
Sarandi - PR	R\$ 105.956,39
Sarandi - RS	R\$ 16.444,58
Saudades - SC	R\$ 22.060,25
Saudades - SC	R\$ 1.034,33

Continua...

Ibaiti - PR	R\$ 42,12
Ibema - PR	R\$ 23.812,90
Ibiaçá - RS	R\$ 22.102,34
Ibiporã - PR	R\$ 22.076,27
Ibirajuba - PE	R\$ 38.948,19
Ibirama - SC	R\$ 203.058,94
Ibirarema - SP	R\$ 4.890,01
Ibirité - MG	R\$ 56,60
Ibirubá - RS	R\$ 162.874,79
Ibirubá - RS	R\$ 9.783,03
Içara - SC	R\$ 158.204,00
Icaraíma - PR	R\$ 51.034,42
Igaci - AL	R\$ 12.029,16
Iguatama - MG	R\$ 1.598,85
Ijuí - RS	R\$ 110.247,73
Ijuí - RS	R\$ 19.532,36
Ilha Comprida - SP	R\$ 9.872,33
Ilhéus - BA	R\$ 3.392.542,70
Imaruí - SC	R\$ 400,00
Imigrante - RS	R\$ 578,20
Indaial - SC	R\$ 170.857,62
Indaial - SC	R\$ 3.305,12
Indaíatuba - SP	R\$ 3.110.142,28
Indianópolis - MG	R\$ 71.851,37
Inocência - MS	R\$ 50.762,65
Iomerê - SC	R\$ 4.715,32
Ipê - RS	R\$ 283,73
Iperó - SP	R\$ 6.560,42
Ipira - SC	R\$ 39,04
Ipiranga do Norte - MT	R\$ 8.192,43
Ipiranga do Sul - RS	R\$ 1.673,33
Iporã do Oeste - SC	R\$ 12.428,67
Ipuã - SP	R\$ 318.046,03
Iracema do Oeste - PR	R\$ 1.562,21
Irاندوبا - AM	R\$ 660.615,58
Irani - SC	R\$ 44.607,64
Irapuru - SP	R\$ 6.384,53
Irati - PR	R\$ 7.474,74
Itá - SC	R\$ 97.434,84
Itabaiana - SE	R\$ 1.332,80
Itabirito - MG	R\$ 765,99
Itacurubi - RS	R\$ 3.123,48

Schroeder - SC	R\$ 7.791,87
Schroeder - SC	R\$ 0,98
Seabra - BA	R\$ 441.987,90
Seara - SC	R\$ 222.488,78
Seberi - RS	R\$ 1.947,50
Senador José Bento - MG	R\$ 57.764,71
Senador Salgado Filho - RS	R\$ 808,32
Serafina Corrêa - RS	R\$ 27.228,95
Serra Alta - SC	R\$ 67.918,35
Serrania - MG	R\$ 1.867,65
Serranópolis do Iguaçu - PR	R\$ 91.050,15
Serranópolis do Iguaçu - PR	R\$ 4.349,28
Sertanópolis - PR	R\$ 612,37
Sertanópolis - PR	R\$ 0,01
Sertão - RS	R\$ 20.339,36
Sete Lagoas - MG	R\$ 201.119,32
Sinop - MT	R\$ 4.361.284,54
Sítio Novo - MA	R\$ 41.351,19
Sobradinho - RS	R\$ 28.416,48
Soledade de Minas - MG	R\$ 497.117,29
Sombrio - SC	R\$ 1.132,04
Sorocaba - SP	R\$ 458.781,62
Suzanópolis - SP	R\$ 150,00
Taiacu - SP	R\$ 107.324,35
Tamarana - PR	R\$ 345.311,83
Tangará da Serra - MT	R\$ 119.127,69
Tanguá - RJ	R\$ 746.438,89
Tapejara - PR	R\$ 29.852,53
Tapejara - PR	R\$ 3.329,66
Tapejara - RS	R\$ 14.848,77
Tapes - RS	R\$ 32,11
Tapiramutá - BA	R\$ 211,20
Taquari - RS	R\$ 2.906,75
Tavares - RS	R\$ 6.319,75
Tenente Portela - RS	R\$ 1.897,94
Teodoro Sampaio - SP	R\$ 45.493,22
Teresópolis - RJ	R\$ 30.000,12
Terra Boa - PR	R\$ 147.758,44
Terra Nova - PE	R\$ 97.430,73
Terra Rica - PR	R\$ 245,52
Terra Roxa - PR	R\$ 2.275,49
Teutônia - RS	R\$ 1.086.156,20

Continua...

Itambaracá - PR	R\$ 33.408,02
Itambaracá - PR	R\$ 3.827,49
Itanhaém - SP	R\$ 138.945,74
Itapecerica da Serra - SP	R\$ 354,78
Itapecuru Mirim - MA	R\$ 201,30
Itapejara d'Oeste - PR	R\$ 1.033,19
Itapema - SC	R\$ 12.886,76
Itaperuna - RJ	R\$ 74,00
Itaperuna - RJ	R\$ 72,00
Itapeva - SP	R\$ 121,35
Itapevi - SP	R\$ 14.980,08
Itapira - SP	R\$ 130.535,27
Itapiranga - SC	R\$ 275.829,03
Itapoá - SC	R\$ 181.631,84
Itaporanga - SP	R\$ 105.735,16
Itapuca - RS	R\$ 66.706,51
Itapuca - RS	R\$ 11.308,00
Itapuí - SP	R\$ 353.468,28
Itatiba do Sul - RS	R\$ 3.322,18
Itaueira - PI	R\$ 194,21
Itaúna do Sul - PR	R\$ 3.574,08
Itobi - SP	R\$ 660,23
Iúna - ES	R\$ 42.651,69
Ivaiporã - PR	R\$ 614.711,44
Ivaiporã - PR	R\$ 407.396,55
Ivinhema - MS	R\$ 13.879,89
Ivorá - RS	R\$ 5.550,32
Ivoti - RS	R\$ 374,26
Jaboticatubas - MG	R\$ 54.066,43
Jaçanã - RN	R\$ 5.254,86
Jacareí - SP	R\$ 472.024,37
Jacobina - BA	R\$ 866.115,53
Jacuí - MG	R\$ 1.106,68
Jacutinga - RS	R\$ 82,60
Jaguarão - RS	R\$ 323,93
Jaguariúna - SP	R\$ 2.189,30
Jales - SP	R\$ 20,00
Janiópolis - PR	R\$ 10.394,38
Jaraguá do Sul - SC	R\$ 542.683,94
Jardinópolis - SC	R\$ 58.207,86
Jari - RS	R\$ 71.965,91
Jarinu - SP	R\$ 306.402,39

Teutônia - RS	R\$ 228,51
Tibau - RN	R\$ 591,21
Tietê - SP	R\$ 54.911,43
Timbiras - MA	R\$ 75.511,84
Timbó - SC	R\$ 193.102,59
Toledo - PR	R\$ 198.644,20
Toropi - RS	R\$ 40.680,11
Tremembé - SP	R\$ 1.820.598,57
Três Barras - SC	R\$ 25.557,40
Três Passos - RS	R\$ 7.470,10
Treze Tílias - SC	R\$ 15.940,05
Trombudo Central - SC	R\$ 38.514,04
Tucano - BA	R\$ 283.561,74
Tucunduva - RS	R\$ 2.039,70
Tunápolis - SC	R\$ 54.726,66
Tupã - SP	R\$ 33.380,54
Tupandi - RS	R\$ 41.309,39
Ubaporanga - MG	R\$ 99,20
Uberaba - MG	R\$ 3,51
Ubiratã - PR	R\$ 109.024,56
Ubiretama - RS	R\$ 28.671,44
Ubiretama - RS	R\$ 2.599,17
Uirapuru - GO	R\$ 1.074,52
Umarizal - RN	R\$ 206.401,73
Umuarama - PR	R\$ 2.972,58
União do Oeste - SC	R\$ 8.494,29
Urucânia - MG	R\$ 467,35
Urucurituba - AM	R\$ 104.672,07
Vacaria - RS	R\$ 6.495,36
Vale de São Domingos - MT	R\$ 4.990,98
Vale Real - RS	R\$ 85.243,12
Vargem Grande do Sul - SP	R\$ 265.037,82
Varre-Sai - RJ	R\$ 152,47
Venâncio Aires - RS	R\$ 351.475,93
Venâncio Aires - RS	R\$ 189.134,83
Venda Nova do Imigrante - ES	R\$ 801.730,07
Vera Cruz - RS	R\$ 27.730,51
Vera Cruz do Oeste - PR	R\$ 9.612,67
Viadutos - RS	R\$ 3.591,14
Viamão - RS	R\$ 383,60
Vicente Dutra - RS	R\$ 12.851,60
Victor Graeff - RS	R\$ 43.529,77

Continua...

Jarinu - SP	R\$ 2.939,90
Jataí - GO	R\$ 2.811.186,95
Jataizinho - PR	R\$ 25.100,86
Jaú - SP	R\$ 10.560,01
Jequeri - MG	R\$ 59.538,43
Jerônimo Monteiro - ES	R\$ 330.944,40
Joaçaba - SC	R\$ 85,26
Joaquim Távora - PR	R\$ 15.074,38
José Boiteux - SC	R\$ 58.602,67
José de Freitas - PI	R\$ 1.519,53
Juína - MT	R\$ 1.009,35
Junqueirópolis - SP	R\$ 1.901,02
Jupia - SC	R\$ 6.134,18
Juquiá - SP	R\$ 262,24
Jurema - PE	R\$ 253.803,83
Lábrea - AM	R\$ 44.912,02
Lacerdópolis - SC	R\$ 5.748,68
Lages - SC	R\$ 4.835,15
Lagoa da Confusão - TO	R\$ 146.781,44
Lagoa do Mato - MA	R\$ 450,13
Lagoa dos Gatos - PE	R\$ 389,97
Lagoa Nova - RN	R\$ 40.796,90

Videira - SC	R\$ 211.690,10
Videira - SC	R\$ 211,05
Vila Flor - RN	R\$ 194,70
Vila Flores - RS	R\$ 5.940,00
Vila Lângaro - RS	R\$ 4.646,80
Vila Maria - RS	R\$ 3.828,00
Vila Nova dos Martírios - MA	R\$ 53.949,43
Vilhena - RO	R\$ 9.377,90
Vinhedo - SP	R\$ 2.659,47
Vista Alegre - RS	R\$ 48.660,86
Vista Alegre do Prata - RS	R\$ 5.324,01
Vista Gaúcha - RS	R\$ 44.188,14
Vista Gaúcha - RS	R\$ 7.944,47
Vitor Meireles - SC	R\$ 4.423,58
Vitória de Santo Antão - PE	R\$ 151.992,16
Votorantim - SP	R\$ 5.979,88
Votuporanga - SP	R\$ 12.747,81
Westfalia - RS	R\$ 205.907,51
Xangri-lá - RS	R\$ 25,20
Xanxerê - SC	R\$ 903,95
Xaxim - SC	R\$ 3.642,10

Fonte: Tesouro Nacional. Elaborado pela autora.